



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**VIII Legislatura**  
**I Sessão Legislativa**

**Número: 18**  
**Horta, Quinta-Feira, 12 de Maio de 2005**

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes*

**Secretários:** *Deputados António Loura (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Henrique Ventura) e Cláudio Lopes (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Luís Henrique)*

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos.*

**Período de Informação Parlamentar**

Após a leitura do expediente, passou-se ao Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante. Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados António Loura (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Luís Henrique (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Ana Isabel Moniz (*PS*), António Marinho (*PSD*), Alberto Pereira (*PSD*), Osório Silva (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Jaime Jorge (*PSD*) e os Secretários Regionais da Economia (*Duarte Ponte*) e do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*).

**Agenda da Reunião**

**1- Continuação da discussão da Proposta de Resolução – “Conhecer as consequências da liberalização mundial do comércio agrícola na agricultura açoriana”**

Submetida à votação, a proposta foi rejeitada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*) e Lizuarte Machado (*PS*).

## **2 – Proposta de Resolução – “Revisão do Regulamento POSEI/Agricultura”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Deputado António Ventura (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Paulo Alves (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*) e o Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

A proposta foi aprovada por unanimidade.

## **3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 26/2000/A, de 10 de Agosto, que criou o SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores.**

No debate intervieram os Srs. Deputados Carla Bretão (*PSD*), António Marinho (*PSD*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Alberto Pereira (*PSD*) e José Rego (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), a quem coube a apresentação do diploma.

A proposta foi aprovada por maioria na generalidade e em votação final global.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*) e Lizuarte Machado (*PS*).

**4- Pedido de Autorização à ALRAA para que o Sr. Deputado José Gaspar Lima preste depoimento na qualidade de testemunha, o qual foi aprovado por unanimidade.**

Igualmente por unanimidade foi aprovada a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Maio.**

*(Os trabalhos terminaram às 15 horas e 20 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia.

Vamos proceder à chamada.

*Eram 10 horas e 20 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Fernanda Correia Garcia Trindade**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Henrique Correia Ventura**

**Hernâni Hélio Jorge**

**João Carlos Correia Lemos Bettencourt**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José de Sousa Rego**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves**

**Luís Paulo de Serpa Alves**

**Manuel Avelar Cunha Santos**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria Fernanda da Silva Mendes**

**Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Mariana Rego Costa de Matos**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**

**Nuno André da Costa Soares Tomé**

**Osório Meneses da Silva**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto Abílio Lopes Pereira**

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António Lima Cardoso Ventura**

**António Maria da Silva Gonçalves**

**Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**

**Jaime António da Silveira Jorge**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**José Manuel Cabral Dias Bolieiro**

**Luís Henrique da Silva**

**Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

**Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira**

**Victor do Couto Cruz**

**Presidente:** Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência entretanto chegada à Mesa.

**Secretário (António Loura):** Do Grupo Parlamentar do PSD, proposta de alteração ao Projecto de Resolução “Revisão do Regulamento POSEI/Agricultura”.

**Secretário (Cláudio Lopes):** Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia Relatório e Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “estabelece as regras de execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) nº 1829/2003,

do Parlamento Europeu, e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo a géneros alimentícios e alimentos geneticamente modificados para animais”.

**Secretário** (*António Loura*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia Relatório e Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “ Regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológica”.

**Presidente:** Está lida a correspondência, que está ao vosso dispor.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Loura. Solicitava que alguém o viesse substituir na Mesa.

*(O Deputado António Loura foi substituído pelo Deputado Henrique Ventura na Mesa da ALRAA)*

**Deputado António Loura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos oito anos, a ilha de Santa Maria deu um passo importante na criação de infra-estruturas estruturantes e que a catapultam para um desenvolvimento que se deseja sustentável.

Os investimentos efectuados, quer por privados, quer pelo município, quer ainda, pelo Governo Regional, dão-nos a garantia de que estamos cada vez mais capazes de enfrentar os desafios do futuro, que vão ser cada vez mais exigentes e que nos obrigam a sermos sempre mais criativos e inovadores.

Para que possamos ter sucesso, para além das entidades acima mencionadas, é necessário acarinhar cada vez mais as associações e as ONG's - Organizações Não Governamentais em particular, como actores do desenvolvimento local, sem esquecer também a necessidade de convocar todos os marienses para a necessidade de mudança.

É importante que compreendam o “porquê” e o “como” e de que forma a sua opinião e seu empenho, o seu envolvimento pode contribuir para fazer a diferença entre o que se tem actualmente e o que se quer para o futuro.

Continuando ainda a falar dos investimentos feitos destaco nomeadamente:

- A construção dos dois novos hotéis;
- A construção do Parque de Campismo Municipal;
- O asfaltamento de vários troços municipais;
- O abastecimento de água à lavoura;
- A remodelação e ampliação do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia;
- A ampliação do porto dos Anjos;
- A construção de casa de aprestos na Maia, Anjos e Vila do Porto;
- A remodelação de todo o parque escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e ampliação da Escola Bento Rodrigues;
- A construção do Cais Ferrie e Gare Marítima de Passageiros;
- Obras de protecção da orla Costeira de S. Lourenço e Praia Formosa.

Apesar de todos estes investimentos e sabendo-se que o Governo Regional é responsável pelo maior número de obras, mesmo assim, queremos mais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com esta consciência de que ainda há muito que fazer e que muito queremos que ainda se faça, que os deputados eleitos pelo Partido Socialista de Santa Maria, apoiaram favoravelmente as propostas apresentadas pelo Governo Regional das Orientações a Médio Prazo para 2005/2008, bem como o Plano Anual Regional para 2005, por entendermos que os documentos aprovados dão cumprimento aos nossos compromissos eleitorais de Outubro passado.

Estando nós no começo de uma nova Legislatura, momento de afirmação dos compromissos assumidos perante os eleitores, não deixa também de ser um momento de uma nova esperança, e de um novo fôlego na construção de uma região que queremos que seja cada vez mais desenvolvida.

Com a convicção de que o Plano Regional para 2005 é o primeiro passo da Legislatura que terminará em 2008, estão previstos para Santa Maria alguns dos nossos compromissos como sendo:

- A conclusão do Matadouro de Santa Maria;
- O início das obras do Núcleo de Recreio de Santa Maria;
- O início da 2ª fase da Casa do Povo de Santa Bárbara;
- A Remodelação do Edifício para Centro de Actividades Ocupacionais (C.A.O.);

- A continuação do apoio à Cooperativa de Habitação (2ª fase das infra-estruturas);
- A aquisição de mini-autocarro para turismo;
- A aquisição de uma viatura para a Protecção Civil (autotanque);
- A conclusão da pavimentação da estrada regional de Santa Bárbara e Pico-Arrebentão:
- A pavimentação do caminho das Courelas;
- A promoção do Investimento e Fundo de Coesão, abrangendo a ilha de Santa Maria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por força dos investimentos efectuados, e do desenvolvimento que os mesmos proporcionaram, nomeadamente no sector da hotelaria, permitem que na presente semana e começo da próxima, Santa Maria acolha eventos de enorme relevância para a ilha e para o arquipélago.

Assim, ontem dia 11 realizou-se a “IV Gala do Desporto Açoriano”, acontecimento promovido pela Secretaria Regional da Educação e Ciência, momento importante para o desporto açoriano. Com este evento pretende o Governo Regional, premiar desportistas, dirigentes e clubes que melhores resultados pessoais obtiveram ao longo da época, bem como premiar os dirigentes que mais se evidenciaram na organização, gestão e sucesso para o seu clube. Para além de jornalistas e órgãos de comunicação social que dão especial atenção ao desporto.

Não menos importante é o lançamento da 1ª pedra do Parque Desportivo Municipal de Santa Maria cerimónia que terá lugar hoje dia 12, com a presença do Presidente do Governo Regional.

Com a realização desta obra, muito ganhará o desporto em Santa Maria a qual permitirá aos desportistas marienses terem uma presença mais forte nas competições regionais, não esquecendo a possibilidade de poderem participar em mais modalidades desportivas para além do andebol, onde a ilha está muito bem representada pelo Clube “Os Marienses”.

Nos dias 13,14 e 15, terá lugar a III Reunião de Saúde Oral dos Açores, promovida pelo Centro de Saúde de Vila do Porto.

Por força desta reunião estarão em Santa Maria destacadas figuras da Medicina Dentária Nacional e ainda profissionais da Madeira, Canárias e Cabo Verde, o que permitirá valorizar o trabalho desenvolvido pelos Centros de Saúde na área da educação e prevenção da saúde oral.

Finalmente no dia 16 de Maio, Dia da Autonomia ou Dia dos Açores, as Comemorações deste ano serão realizadas em Santa Maria. É de realçar a importância que o Governo Regional dá a este dia, uma vez que não se limita a fazer estas comemorações nas parcelas do nosso arquipélago onde o progresso é mais evidente.

Ao descentralizar as comemorações deste dia para as ilhas mais pequenas e periféricas, entendemos que pretende o Governo Regional dar um sinal que os Açores não se resumem a duas ou três ilhas, mas sim que todas são importantes e que fazem parte de um todo que é a nossa Região Autónoma.

Com esta decisão permite o Governo Regional animar a vida económica da ilha para além duma maior divulgação da mesma através de todos os órgãos de comunicação social.

Desejo e tenho confiança que o Governo Regional não deixará de promover eventos relevantes nas ilhas mais pequenas dos Açores

Disse!

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(\*) **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Loura:

Ouvi a sua intervenção com alguma atenção, mas permita-me que lhe diga desde o início uma coisa:

Eu acho muito estranho que duas sessões depois de ter sido aprovado o Plano, quando nessa altura os senhores não disseram rigorosamente nada, é que se tenham lembrado de vir para aqui enaltecer aquilo que o Plano tem para Santa Maria.

Os senhores não disseram rigorosamente nada na altura, porque sabiam que o Plano não era bom para Santa Maria.

Não se pode considerar um Plano bom para uma ilha quando esse Plano reduz os investimentos relativamente ao ano anterior. Nem se pode considerar um Plano bom para Santa Maria quando, se formos analisar comparativamente às restantes ilhas, vemos que Santa Maria é a segunda ilha do Arquipélago, contando detrás para a frente, em termos de investimento.

Portanto, na altura os senhores sentiram-se incomodados e resolveram não falar.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Não é verdade. A minha colega debateu isso com o senhor!

**O Orador:** Eu depois falo consigo sobre o Nordeste.

Agora, como a coisa já está mais calma e o Governo vai a Santa Maria, resolveram fazer uma brincadeirazita e apresentaram um comunicadinho para distribuir à população.

Não é mais do que isso! É um comunicadinho para distribuir à população. Acho que não se deve brincar com essas coisas e depois misturar no mesmo comunicado obras que são municipais e obras que são do Governo e, ainda à mistura, para enfeitar, fazer anúncio de dois ou três eventos que se vão passar em Santa Maria e que nos anos seguintes serão realizados noutras ilhas.

Quanto à questão do Dia da Autonomia, eu pensava que ia enveredar por outro caminho. Eu respeito muito a comemoração do Dia da Autonomia, acho que se deve comemorar como deve ser, mas custa muito a ver, enquanto Deputado, o papel secundário ao qual a Assembleia Regional está a ser relegada enquanto principal órgão da Autonomia nessas comemorações. Isso é que devia preocupar os Deputados e não as festas em Santa Maria,

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

(\*) **Deputado António Loura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sérgio Ferreira:

Aquando da discussão das Orientações de Médio Prazo e do Plano para 2005, realmente na altura não houve possibilidade de intervir, mas foi dada a nossa opinião relativamente o que eram os investimentos para Santa Maria para o ano de 2005.

O que é certo é numa análise que fizemos relativamente aos documentos, eles comportam aquilo que são os nossos compromissos eleitorais para com a população, sendo certo que não se pode viver num ano o total da legislatura, na medida em que 2005 é apenas o primeiro ano, o primeiro passo, de uma legislatura que tem 4 anos.

Ele comporta investimentos e pode dizer que houve alguns atrasos, mas continuamos a lutar para que eles se realizem.

Só por esse motivo, por falta de tempo, é que não conseguimos aqui trazer aquilo que pensávamos acerca dos documentos.

Relativamente aos inventos que neste momento se realizam em Santa Maria, eles só são possíveis porque houve investimentos de privados, porque houve investimentos do Governo Regional e do município que hoje nos permite receber um conjunto de eventos que em Santa Maria são muito grandes e ultrapassam seguramente a nossa capacidade de alojamento e de restauração.

Mesmo assim, eu penso que o facto do Governo estar a transferir eventos de relevância para ilhas periféricas é importante, porque dinamiza a economia da ilha e dá visibilidade à mesma.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(\*) **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Loura:

O embaraço do Partido Socialista relativamente ao Plano é tão grande, que os senhores na altura não falaram dele e o Sr. Presidenta da Câmara, instado na Assembleia Municipal e em reunião de câmara a se pronunciar sobre o Plano,

recusou-se a pronunciar sobre ele. Este é o embaraço que o Partido Socialista tem relativamente a esse Plano.

Agora, não tentem arranjar aqui um comunicadinho para “florear” a visita do Governo a Santa Maria, porque não vale a pena.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

(\*) **Deputado António Loura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sérgio Ferreira:

O facto do Sr. Presidente da Câmara não se ter pronunciado fica à responsabilidade dele. Ele é que vai ter que o justificar.

A mim o que me importa essencialmente é que os investimentos que estão descritos no Plano para 2005 tenham começo ou tenham andamentos capazes de nos credibilizar e que essas obras se façam ao longo da Legislatura. Isto é que é importante para mim, sendo certo que o senhor percebe tão bem como eu que às vezes a rapidez da execução das coisas não é tão fácil quanto pretendemos.

Nós queremos é que os investimentos prometidos, e que são o nosso compromisso perante os nossos eleitores, se concretizem ao longo da presente legislatura.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** O senhor leia bem o manifesto eleitoral. Vai ter dificuldade em encontrar esses investimentos lá!

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimentos sobre esta intervenção, vamos passar à próxima.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

**Deputado Luís Henrique (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, dia doze de Maio, é o dia Internacional dedicado à profissão de Enfermagem. Sendo eu Enfermeiro, não podia deixar de no início desta intervenção saudar todos os Enfermeiros, em especial os Enfermeiros e Enfermeiras da Região Autónoma dos Açores e muito em particular os Enfermeiros da ilha Graciosa, grupo profissional ao qual, com muito orgulho, pertença.

É por todos reconhecido, e no caso português parece não existir exemplo de outra profissão que em tão pouco tempo (falamos de duas décadas) tenha dado saltos

qualitativos, no contexto da estruturação e da definição do que são as profissões em Portugal, mormente na área da saúde.

Falo de uma profissão que há 20 anos atrás, nem a sua formação era reconhecida pelo Sistema de Ensino Público, pese embora o seu contributo e a sua importância na prestação de cuidados de saúde aos cidadãos. Foi com muito esforço, empenho e persistência, por vezes lutando contra tudo e contra todos, que os Enfermeiros e as Enfermeiras Portuguesas conseguiram fazer da profissão o que ela é hoje, uma profissão cuja sua formação de base se insere no Sistema de Ensino Superior Português.

A este nível, os desafios parecem continuar. O Processo de Bolonha vem introduzir profundas alterações com vista a harmonizar os sistemas de ensino superior no espaço europeu, pretendendo fazer da Europa até 2010 um dos maiores espaços de formação e empregabilidade a nível mundial.

Não pondo em causa o objectivo nem questionando a sua exequibilidade, devemos no entanto estar atentos e não podemos permitir que por uma questão de competitividade se diminua a exigência de qualificações para o desempenho da profissão de Enfermeiro. Da nossa parte estamos atentos e contamos com o apoio do estado português.

A enfermagem enquanto profissão que intervém no interface do bem-estar dos estilos de vida dos indivíduos, grupos e comunidades, depara-se com uma dificuldade que se caracteriza pela transformação acelerada e profunda a vários níveis da realidade social, o que tem obrigado a uma constante recriação do seu agir profissional.

A acção de saúde centrada durante muitos anos na erradicação da doença, exercia-se fundamentalmente em contextos estruturados e estruturantes, numa lógica de causalidade linear, baseada numa perspectiva biologista do processo de saúde/doença, que era facilitador da definição dos papéis dos vários intervenientes no processo de tratamento dos doentes.

A reconceptualização da noção de saúde, a par com o desenvolvimento científico e tecnológico nesta área, e na sociedade em geral, tem implicado profundas alterações a vários níveis que se por um lado contribuem para a resolução de múltiplos

problemas, por outro, põe em evidência novos enigmas que requerem destes profissionais uma capacidade de constante reconstrução da sua actividade.

Os hospitais têm vindo a perder, de forma acelerada, nas últimas décadas, a sua missão de apoio social para se transformarem em centros de intervenção na crise, remetendo para as comunidades e famílias a responsabilidade do exercício de uma função cuidadora que estas não têm condições de assegurar na sua totalidade. É este o grande desafio que se coloca aos enfermeiros: serem capazes de, em conjunto com as famílias e comunidades, assegurar o suporte necessário para que esta função cuidadora seja desempenhada em tempo útil,...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... com eficiência e qualidade, ao mesmo tempo que se espera que sejam habilitados para intervir em contexto hospitalar na prestação de cuidados altamente especializados.

O envelhecimento das populações, a elevada taxa de sobrevida às doenças crónicas e o “regresso à morte em casa” coloca-nos perante indivíduos com diferentes graus de dependência, altamente carenciados em matéria de cuidados de saúde. Os enfermeiros têm agora que actuar sozinhos em contextos tecnologicamente desapetrechados.

Também, a tomada de consciência dos cidadãos sobre os seus direitos e o maior acesso à informação tem reforçado uma cada vez maior exigência, não só em termos da qualidade dos cuidados, como também em termos da sua própria natureza, o que obriga ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação da qualidade dos cuidados prestados.

A saúde tende hoje a ser cada vez mais compreendida como um processo complexo, multicausal, onde para além dos factores biológicos e das condicionantes socio-económicas, os comportamentos individuais e colectivos emergem como factores determinantes no processo de doença, o que confere à educação para a saúde uma importante função no âmbito da promoção de estilos de vida saudável. Face a este cenário a promoção da saúde dos indivíduos grupos e comunidades assume hoje uma dimensão que ultrapassa largamente o papel tradicional atribuído aos profissionais nas instituições de saúde.

Os enfermeiros confrontam-se agora, com a necessidade de alargar o campo da sua intervenção, saindo das instituições, passarem para a comunidade e para a casa do cliente, onde sem o suporte institucional, devem ser capazes de responder a uma grande diversidade de situações e a uma multiplicidade de problemas que são impossíveis de sistematizar na sua amplitude ao longo da formação inicial.

A enfermagem tem vindo a afirmar-se como disciplina autónoma, com um campo de intervenção próprio, tomando por objecto de estudo, não a doença em si, mas a resposta humana aos problemas de saúde e aos processos de vida assim como às transições enfrentadas pelos indivíduos, famílias e grupos, ao longo do ciclo de vida. Espera-se dos enfermeiros um contributo no sentido do aumento do repertório de recursos internos das pessoas para lidarem com os desafios que requerem adaptação e auto controlo.

Entendemos assim, de acordo com a Ordem dos Enfermeiros, e passo a citar, “os cuidados de enfermagem tomam por foco de atenção e a promoção de projectos de saúde que cada pessoa vive e persegue. Neste contexto procura-se, ao longo de todo o ciclo vital, prevenir a doença e promover os processos de readaptação. Procura-se a satisfação das necessidades humanas fundamentais e a máxima independência na realização das actividades da vida. Procura-se a adaptação funcional aos défices e a adaptação a múltiplos factores – frequentemente através de processos de aprendizagem do cliente.”

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A produção de investigação em enfermagem tem contribuído para o desenvolvimento do conhecimento no campo do cuidar em saúde.

A enfermagem portuguesa tem sido pioneira, e como tal uma referência no contexto europeu, no que diz respeito à coerência e qualidade que tem conseguido impor na formação de enfermeiros. A nossa história revela a preocupação de investir numa formação de base generalista que promova o desenvolvimento cultural, pessoal, social e ético dos estudantes, que lhes proporcione os fundamentos científicos para o exercício de uma actividade multifacetada que se desenvolve em diferentes

contextos sociais, a par com um forte investimento no desenvolvimento da disciplina de enfermagem.

Tendo como referência a definição que a Lei de Bases do Sistema Educativo, apesar de ainda não aprovada, faz dos dois subsistemas: “O ensino universitário, o ensino politécnico”, constatamos que no quadro da actual legislação o desenvolvimento de uma disciplina – com criação, representação e, mas não só, aplicação do conhecimento – só pode ser equacionado no seio das Universidades.

Esta convicção baseia-se nos seguintes pressupostos:

Este é um momento crucial de reorganização global dos sistemas educativos ao nível da União Europeia o que constitui uma oportunidade para pensar o lugar da enfermagem no contexto nacional;

A enfermagem é hoje reconhecida como uma área autónoma do conhecimento, com especificidades próprias que carecem ser investigadas e desenvolvidas, com vista ao seu reforço, embora não sendo única com responsabilidades no campo da saúde, é essencial no âmbito da prestação de cuidados à população;

As necessidades da população em termos de cuidados de enfermagem e de educação em saúde, para além de se encontrarem em franca expansão, tornaram-se cada vez mais exigentes;

Os profissionais de enfermagem têm vindo a desenvolver a investigação e a divulgação do conhecimento em enfermagem, visando apropriar-se duma ampla preparação científica de base, a par com uma sólida formação técnica e cultural, tendo em vista garantir uma elevada autonomia individual na relação com o conhecimento e a possibilidade da sua aplicação;

A criação de duas Unidades de Investigação em Enfermagem aprovadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em Coimbra e Lisboa por iniciativa conjunta das escolas de enfermagem das duas cidades;

A criação de mestrados e mais recentemente a abertura de doutoramentos em enfermagem, e o assumir pela Universidade do Porto, Lisboa e Universidade Católica Portuguesa da enfermagem como área científica do conhecimento.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores existem duas Escolas Superiores de Enfermagem cada uma delas com cerca de 200 estudantes, o que revela um enorme esforço na concretização de projectos de desenvolvimento institucionais com horizonte no ano 2006 e seguintes, e permite antever um manancial de recursos com vista a implementar uma correcta e justa oferta de cuidados de saúde às populações nos moldes e exigências acima descritas.

Nesta Região somos cerca de 1250 Enfermeiros, distribuídos pelas 9 ilhas, de forma desproporcional entre Centros de Saúde e os três Hospitais existentes e alguns de nós com vinculação precária, prestando funções que correspondem às necessidades permanentes dos Serviços.

Por último, e, é um desafio que deixo ao actual governo:

É urgente corrigir a desproporcionalidade entre Hospitais e Centros de Saúde.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os Cuidados Primários de Saúde são hoje a garantia de um investimento correcto no futuro da qualidade de vida das populações, têm que ser protegidos face ao poder concorrencial dos Hospitais, pois o poder de desenvolvimento e crescimento destes é exponencialmente ilimitado face aos Centros de Saúde.

Não podemos continuar a privilegiar o investimento de curto prazo, temos que ser capazes e ter a coragem política de investir a longo prazo, quero dizer, investir na prevenção de estilos de vida saudáveis, e isto não se faz nos hospitais.

Se for esta a opção, pode o governo ter a certeza de contar com os Enfermeiros e Enfermeiras da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

**Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PS)*

**Presidente:** Está aberto o debate.

*(Pausa)*

Estão inscritas as Sras. Deputadas Fernanda Mendes e Piedade Lalanda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

É com muita satisfação que ouvi atentamente a sua intervenção. De facto, quando disse que nestes últimos 20 anos a enfermagem nesta Região, e no todo do país, teve uma evolução extraordinária, só quem é da área como eu, que tive oportunidade de colaborar no ensino da enfermagem desde os meus tempos de Coimbra, quando frequentava o Hospital da Universidade e participava do ensino da saúde mental nas escolas de enfermagem, pôde participar dessa evolução, desde se iniciar, nesta terra, os cursos de formação complementar, ao esforço de todos os Governos desta Região no sentido de dar formação aos enfermeiros que estão nestas ilhas mais distantes e isolados, tais como os outros profissionais de saúde.

É, de facto, uma caminhada extraordinária. Ela é extraordinária não só pela evolução da própria disciplina, que foi adquirindo um corpo próprio, que foi tendo um âmbito de intervenção cada vez mais clarificado e específico, mas também pelo alargamento do seu âmbito de intervenção, não só na investigação da própria disciplina como da carreira. É este aspecto, esta vasta evolução da dimensão da enfermagem em 20 anos, que é preciso consolidar.

A consolidação faz-se através da qualidade e não há dúvida nenhuma que, para nós, na Região Autónoma dos Açores, esta é uma legislatura que em diversos campos, áreas e sectores, temos de trabalhar para uma melhoria da qualidade, para estabelecer critérios de qualidade e cumprir com estes critérios.

Isto é válido para qualquer especialidade num hospital, para qualquer intervenção médica num centro de saúde, e para todos os profissionais de saúde.

Estou consigo no desejo, nesta luta e neste desiderato para que nós possamos ter cuidados de saúde cada vez mais alargados e alargados à realidade social, como bem focou.

A realidade social é cada vez mais complexa. Temos uma maior longevidade e vamos precisar, cada vez mais, de enfermeiros para actuar, para estar com as pessoas que estão na comunidade.

Isto é um facto, e este Governo não está de forma alguma desatento a esta realidade, o esforço que se faz para também apoiar os enfermeiros na sua formação, na formação complementar, é um sinal de que isto é realidade.

Portanto, eu gostaria de deixar aqui estas palavras para que nós todos possamos ter realmente uma noção da importância deste sector profissional no Serviço Regional de Saúde e no Sistema Regional de Saúde.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(\*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria também associar-me à homenagem do Dia do Enfermeiro que o Sr. Deputado Luís Henrique fez, porque penso que a vinda de profissionais de enfermagem no final dos anos 60 foi muito importante para a nossa Região, para o Plano Materno Infantil e a criação nessa altura da Escola de Enfermagem em Ponta Delgada, introduzindo essa dimensão técnica e científica, na altura eventualmente mais técnica do que científica, à enfermagem. É exactamente por aí que penso que a enfermagem terá que crescer. É na sua afirmação, não tanto como disciplina, mas como ciência do cuidado.

Hoje em dia as investigações que se fazem, quer a nível de mestrados, quer a nível de doutoramento, tendem a afirmar esta ciência do cuidado que é, digamos, o objectivo específico dos enfermeiros, que terá que ser afirmado de forma ainda não muito definida, porque ainda muito pluridisciplinar, mas com certeza irá encontrar as suas próprias áreas de afirmação científica.

Penso que os enfermeiros, com esta afirmação científica, vão cada vez menos deixando de ser os executantes de uma prescrição dos médicos e aquela imagem do auxiliar, do assistente do médico e do subalterno do médico tende a desaparecer, mas ainda subsiste em muitos casos.

Às vezes, também corre-se o risco de os enfermeiros abandonarem acções ou funções que lhes eram destinadas, como por exemplo a higiene e conforto do doente, para passarem para os auxiliares de acção médica e nem sempre essas transferências são feitas da forma mais adequada e passa para as mãos do empregado hospitalar as

espécies como a alimentação e uma palavra amiga que às vezes devia competir, e deve continuar a competir, nas funções do enfermeiro.

Quanto à área da formação aí houve uma grande evolução. A enfermagem saiu do Ministério da Saúde, passou para o Ministério da Educação, deixou o bacharelato, passou à licenciatura e agora está integrada nesta questão de Bolonha, integrando os demais cursos superiores e penso que é importante não ter preocupação em não ser um curso universitário. Um curso politécnico de nível superior é eventualmente uma área tão nobre e deve ser considerada uma área tão nobre como a área universitária, porque tem a componente prática, a componente da aprendizagem clínica, que é exactamente o que é específico dos cursos politécnicos.

Não associemos sempre o curso politécnico ao curso profissionalizado, tecnológico, como se a enfermagem fosse apenas uma mera área profissionalizante.

É, realmente, um curso superior, é um curso com vertente científica, com vertente de aprendizagem clínica e estar enquadrado no âmbito do ensino politécnico não desmerece em nada o nível de diploma que é conferido aos enfermeiros que são hoje em dia licenciados nas escolas superiores de enfermagem.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(\*) **Deputado Luís Henrique (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar muito obrigado pelas vossas palavras e muito obrigado por estarem também connosco.

Duas pequenas notas.

Eu entendo, Sra. Deputada Piedade Lalanda, que a enfermagem tem que ser uma disciplina para depois ter o lugar que merece, no que diz respeito à investigação, e assim adquirir os seus conhecimentos. Faço referência a isto porque, como nós hoje vemos na comunicação social, não há tempo nem espaço para se fazer investigação e julgo que a disciplina da enfermagem vem aqui colmatar esta situação em termos de futuro. Esta é a minha e a opinião de muitos dos enfermeiros.

Quando a Sra. Deputada faz referência ao facto de ser no politécnico ou na Universidade, eu tive o cuidado de consultar a opinião daquelas que são as

organizações da enfermagem, por isso trouxe aqui a opinião dessas organizações e o documento que foi entregue. Foi assim nos pressupostos e foi assim nos documentos que fiz a citação durante a minha intervenção.

Quando falava aqui sobre alguns aspectos que era preciso nós melhorarmos no aspecto da saúde pública, queria – e não tenho muito mais tempo – fazer aqui duas notas muito breves que têm a ver ainda com os centros de saúde em ilhas que não têm hospitais e que necessitam ainda de formação em serviço, nomeadamente um bocadinho em contraposto com a prestação de cuidados essenciais às populações, na área da emergência, nomeadamente o suporte de básico de vida e o suporte avançado de vida.

Não sei se toda a gente tem a noção de que, por exemplo, no Centro de Saúde da Graciosa, um enfermeiro está de serviço ao internamento e, quando necessário, é chamado à urgência.

O médico que está de prevenção, não está no Centro de Saúde. Muitas vezes num grande acidente o enfermeiro não sabe se há-de atender o doente ou se há-de ir para o telefone.

São estas realidades que nos levam a exigir um bocadinho a formação e uma aposta maior na área da prestação de cuidados na área da saúde pública; saúde pública com uma vertente que é a única unidade ou unidades – no caso de outras ilhas tem mais do que uma unidade de saúde – em que nós precisamos de formação nestas áreas para podermos dar uma resposta cabal e correcta às populações, porque a pessoa merece ser tão bem atendida no Centro de Saúde da Graciosa, como por exemplo no Serviço de Urgência do Hospital de Ponta Delgada.

É nesta área que nós gostaríamos de ver uma aposta maior na formação e na alteração de alguma reorganização dos serviços, porque julgo que está na altura. Começam a haver mais enfermeiros, como disse a Sra. Deputada, na área da saúde pública e as pessoas começam a despertar mais para essa área. Nós precisamos também de ter na Graciosa um enfermeiro no internamento e outro na urgência. Então, em situação de urgência actuam os dois (já somos dois!).

E por que não ter um médico de presença física!?

Seríamos 3 a actuar.

Se salvássemos uma vida por ano, julgo que já se justificaria.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

**Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Os dados estatísticos sobre o Turismo, recentemente divulgados pelos serviços oficiais, para o período de Janeiro a Março de 2005, revelam um aumento de 16,9% no número de dormidas nas unidades de alojamento turístico da Região, relativamente a igual período de 2004. Trata-se da maior subida registada a nível nacional, comparativamente às outras regiões de turismo do país, onde a taxa média de crescimento se ficou pelos 5,7%.

Considerando apenas os valores respeitantes ao mês de Março, o crescimento foi de 22,9% em relação a 2004, enquanto a média nacional foi de 12,8%. Quanto à estrutura das dormidas por mercados, 54% são de estrangeiros e 46% de nacionais. Embora o peso dos estrangeiros já seja superior ao dos nacionais, estes últimos detêm uma expressão muito maior do que aquela que se verifica no conjunto do país. Em relação à estada média, em número de noites, para os Açores, esta situou-se em 3,7 noites – correspondendo à subida de uma décima em relação às 3,6 noites registadas em Março de 2004 – o que é deveras significativo, se atendermos ao facto desta região ter sido ultrapassada apenas pela Madeira e pelo Algarve e destes valores se situarem muito acima da média nacional, que foi de 3 noites.

No mês de Março de 2005, os Açores foram igualmente a região de turismo do país que maiores aumentos apresentou em termos de Proveitos Totais (mais 25,3%) e de Proveitos de Aposento (mais 24,3%), em relação a idêntico mês do ano anterior.

De salientar que o aumento verificado nos Proveitos de Aposento relativos aos estabelecimentos hoteleiros foi superior ao crescimento das dormidas, o que se traduz numa melhoria considerável na receita média diária, contrariando algumas afirmações de mau agouro que desfraldam incessantemente a bandeira da degradação das receitas médias por dormida e das taxas de ocupação.

Perante a evidência dos números, pode-se afirmar que se configura uma tendência de crescimento consolidado na procura turística regional e nas receitas obtidas pelo sector.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Estes resultados não são alheios aos esforços encetados pelos governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista em termos de promoção turística.

Os Açores, à semelhança de qualquer destino turístico que pretende desenvolver uma política de promoção eficaz, souberam conduzir muito bem este processo.

O Governo Regional definiu uma estratégia de marketing para o sector do turismo com objectivos de comunicação muito claros, dirigindo o enfoque para a oferta de produtos turísticos assentes na peculiar dotação de recursos naturais e patrimoniais da Região.

Neste sentido, promoveu a realização de estudos, que se reflectiram na apresentação de documentos como o “Plano Operacional de Marketing” e o “Plano de Promoção Turística Internacional”. Este último constitui parte integrante da contratualização da Associação de Turismo dos Açores com o Instituto de Turismo de Portugal, em matéria de promoção turística.

Ao abrigo deste novo modelo de concertação e contratualização, foi estabelecida uma actuação concertada entre organismos públicos, associações empresariais e empresas turísticas que intervêm na promoção turística da Região.

Todo este processo permitiu seleccionar os mercados prioritários para a actuação promocional, atendendo à viabilidade das ligações aéreas e à proximidade geográfica dos potenciais mercados emissores.

No âmbito destes documentos, foram elencadas as acções a desenvolver em cada mercado-alvo, nomeadamente a participação em feiras, a realização de viagens educacionais para jornalistas, operadores turísticos e agentes de viagens, bem como publicidade em diversos tipos de suportes.

Foram igualmente calendarizadas as acções por mercados e afectas as verbas necessárias à respectiva concretização. Foram preparados os materiais promocionais e, finalmente, executadas as acções previstas.

É oportuno referir aqui que, no ano de 2004, foram apenas duas as regiões de turismo do país a executarem em pleno o orçamento disponível no âmbito da contratualização com o Instituto de Turismo de Portugal: Lisboa e Açores.

Onde está o acaso ou a sorte – se se preferir – neste processo? Não se tratou de um dispêndio de verbas aleatório, nem casuístico, como por vezes se tem ouvido nesta Câmara. E os resultados estão à vista para o comprovar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A proposta de reformulação do diploma que instituiu o Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Regional (SIDER), que será apreciada nesta Sessão Plenária, pretende fomentar o investimento privado em novas áreas de actividade económica, relacionadas com a animação turística, o turismo de saúde e a prestação de cuidados à infância e aos idosos. Trata-se de áreas que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento económico e social da Região. Além disso, prevê a inclusão de medidas de discriminação positiva, que visam o reforço da coesão territorial.

A já anunciada revisão dos três subsistemas que constituem este sistema de incentivos – SIDET, SIDEL e SIDEP –, a par da apresentação do Guia do Investidor, onde se sintetiza toda a informação importante para a constituição e funcionamento de uma empresa, são novas e importantes medidas do Governo Regional dos Açores, que se enquadram numa estratégia mais vasta de captação de investimento externo para a Região.

O reforço da cooperação institucional com entidades como o Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) e a Agência Portuguesa do Investimento (API) é outra vertente dos esforços que estão a ser efectuados no sentido de estabelecer e manter contactos com potenciais investidores externos.

Ora, sendo o sector do Turismo uma das áreas que oferece maiores potencialidades para captar o investimento externo, o Governo Regional, ao pretender alargar o âmbito de aplicação dos incentivos a áreas como a animação turística – onde se inclui, por exemplo, o golfe – e o turismo de saúde – onde se enquadra, por exemplo, o termalismo – está a dar um sinal claro aos potenciais investidores da importância estratégica que atribui a estes projectos.

Mais do que o número, importa aumentar as receitas do sector. Este é um indicador claro de que o Governo Regional está apostado em promover a qualidade da oferta e o valor acrescentado, em vez da massificação indiferenciada.

Para além disso, o reforço dos incentivos às áreas de animação turística revela o reconhecimento da importância da animação turística como base sustentável do desenvolvimento de uma região, na divulgação e afirmação de uma identidade cultural, na fixação de saberes e tradições, no desenvolvimento social das comunidades que visitam e são visitadas.

A animação turística é a parte complementar do produto turístico e pode ser a matriz da diferença por via da rentabilização dos recursos disponíveis. A identificação e a recuperação das artes e saberes tradicionais, dos jogos populares, do folclore, das festas religiosas e pagãs, das lendas e histórias locais identificam e caracterizam uma região, permitindo, assim, complementar o desenvolvimento da actividade turística.

A animação na hotelaria é outra necessidade imprescindível. Os novos turistas já não se contentam com um quarto confortável e com uma vista agradável, ou com um restaurante que ofereça bom serviço, mas antes exigem um complemento diferente. Cabe, agora, aos empresários compreender esta necessidade de investir em animação turística, não só organizando iniciativas, mas sabendo cativar os turistas para a sua participação. É esta a solução que deve ser procurada para combater os males que têm sido trazidos a debate, na comunicação social, durante as últimas semanas, da reduzida duração da estada dos turistas em certas ilhas e conseqüente fraca taxa de ocupação das respectivas unidades de alojamento turístico.

Tem sido demonstrado em diversos casos de estudo, ao nível internacional, que a implementação de actividades de animação turística contribui para o aumento da taxa de ocupação dos alojamentos e conseqüente aumento do consumo e das receitas do turismo. O golfe, por exemplo, surge à cabeça das actividades de animação turística desportiva: por ser um desporto praticado ao ar livre, permitindo um contacto directo com a natureza e com a paisagem envolvente, tem sido transformado, nos últimos anos, numa grande atracção turística no nosso país, sendo capaz de ajudar a combater a sazonalidade de algumas regiões. E os Açores possuem, sem dúvida, todas as condições para o fazer. As ligações aéreas directas

estabelecidas recentemente com importantes mercados de jogadores de golfe, como é o caso dos Países Nórdicos, do Reino Unido e da Alemanha, têm contribuído para despertar o interesse de numerosos operadores de golfe, que importa explorar. O mesmo se pode afirmar em relação ao turismo de congressos, cuja oferta, reúne actualmente, nos Açores, boas condições, no que respeita à capacidade e diversidade de equipamentos para satisfazer a procura internacional nesta área. Importa referir, a este propósito, mais uma conquista deste Governo Regional, em termos de promoção turística, através da Associação de Turismo dos Açores: a aceitação dos Açores como destino de turismo de Golfe e de Congressos, junto do Instituto de Turismo de Portugal. Estes dois novos produtos vêm acrescer aos anteriores, do Touring e do Turismo de Natureza, possibilitando à Região, já em 2005, a participação institucional em feiras e eventos internacionais ligados a estas temáticas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A actual revisão dos sistemas de incentivos é enformada por uma preocupação no sentido da qualidade, da produtividade e da competitividade dos investimentos realizados, nomeadamente na área do turismo, que está a ser alvo de uma abordagem mais detalhada nesta minha intervenção.

Contudo, este esforço de dinamização e estruturação da oferta turística regional não se limita apenas à disponibilização de sistemas de incentivos à iniciativa privada regional. Este é apenas um dos vectores de actuação do Governo Regional.

Convém recordar que foram os governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista que instituíram a regulamentação da observação de cetáceos, dos trilhos turísticos e das actividades de mergulho e de observação sub-aquática, para além de efectuarem importantes revisões na legislação sobre as actividades marítimo-turísticas, que já assumem um expressão significativa na Região.

Também foram efectuadas as necessárias adaptações à Região dos diplomas nacionais relativos à instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos, dos estabelecimentos de restauração e de bebidas e do turismo no espaço rural.

No que toca aos trilhos turísticos, está a ser feito o levantamento, sinalização e limpeza de 36 trilhos pedestres em todas as ilhas dos Açores, à excepção do Corvo, no âmbito do projecto TOURMAC – Turismo de Percursos Pedestres e Desenvolvimento Sustentável, que associa as regiões autónomas das Canárias, Madeira e Açores, estando prevista para o final deste ano a publicação das primeiras brochuras relativas a estes trilhos. Trata-se de uma mais valia fundamental para reforçar a oferta de produtos no segmento do Turismo de Natureza/Turismo Activo. Têm sido realizados seminários e workshops sobre a Organização de Programas de Animação Turística, a fim de estimular os privados a investirem na animação turística, tendo o último encontro decorrido em Angra do Heroísmo, no passado mês de Fevereiro.

A promoção da qualidade na prestação dos serviços tem sido outra das prioridades de actuação, tendo em vista o desenvolvimento de uma verdadeira cultura de turismo na Região.

Em termos de formação profissional, a abertura da Escola de Hotelaria e Turismo dos Açores veio dotar a Região de maiores competências em termos de formação inicial e de formação contínua para activos do sector.

No período de 2000 a 2004, ofereceu-se um total de 213 cursos de formação profissional no turismo, em 35 escolas da Região, tendo-se formado cerca de 3300 efectivos, em áreas que vão desde a restauração à animação cultural.

No âmbito do Programa de Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar (SEPROQUAL), que foi promovido pelo Governo Regional em todas as ilhas do arquipélago, cerca de 440 trabalhadores açorianos frequentaram cursos de formação de seis meses, destinados a restaurantes e pequenas indústrias do sector alimentar.

Esta é a prova da preocupação que tem sido atribuída, pelo Governo Regional, à eleição de políticas de dignificação e valorização das profissões turísticas e ao fomento do aumento da exigência de qualidade nessa mesma oferta de serviços turísticos.

A abertura de novos cursos de Turismo, na Universidade dos Açores, vem complementar esta oferta de formação, permitindo o aumento da qualificação profissional dos recursos humanos do sector.

Em suma, estamos perante uma política governamental de fomento ao investimento privado e à captação do investimento externo, devidamente integrada com fortes investimentos públicos, que visam atingir objectivos concretos, por um lado, em termos de dinamização e estruturação da oferta turística e, por outro, de estímulo da procura turística, através de uma política de promoção turística, que se tem revelado muito eficaz.

Tenho dito!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para o debate.

*(Pausa)*

Estão inscritos o Sr. Deputado António Marinho, o Sr. Secretário Regional da Economia, os Srs. Deputados Alberto Pereira e Osório Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desta vez consegui inscrever-me antes do Sr. Deputado Alberto Pereira.

*(Risos da Câmara)*

Resolvi inscrever-me só para fazer uma curtíssima declaração e talvez, no fundo, para dar uma informação. É que tomámos conhecimento e arquivámos, obviamente em local adequado, o relatório que a Sra. Deputada Ana Isabel tem por encargo trazer mensalmente a esta Assembleia.

Era apenas para dar esta informação.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado António Marinho fica para ele.

Eu queria dar algum complemento de informação...

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Aos anexos ao relatório!

**O Orador:** ... ao que foi dito aqui.

Os dados estão aí para todos lerem e os números são números.

No primeiro trimestre de 2005 crescemos 16,9% em termos de dormidas. É um facto muito importante, porque em 2004, neste primeiro trimestre, nós tínhamos crescido 30%.

Crescer 16,9% em cima de 30% é êxito assinalável. Nunca na Região Autónoma dos Açores tivemos 2 anos consecutivos tão bons. É evidente que o ano de 2005 ainda está no início.

No mês de Março deste ano nós crescemos 22,9%. O ano passado crescemos 40,8%. É um dado muito bom. Em nenhuma região do país aconteceu isso.

Mas nós não crescemos só em termos de dormidas. Crescemos 22,9% em termos de dormidas mas crescemos muito mais em termos de receitas.

Se crescemos 16,9% neste primeiro trimestre em termos de dormidas, crescemos 20,7% em termos de receitas.

Afinal, quem dizia que a nossa estratégia estava errada, que era preciso era captar os turistas nacionais, enganou-se!

Nós já tínhamos dito nesta Assembleia que em Portugal seria difícil manter o aumento que tivemos o ano passado, em termos de fluxos turísticos.

Aliás, o ano passado, de Janeiro a Outubro, tivemos um crescimento de cerca de 23% dos fluxos turísticos provenientes do mercado nacional, mas a partir de Outubro o crescimento tem sido praticamente nulo.

Este ano, no mês de Janeiro tivemos um crescimento dos fluxos turísticos nacionais de 0,05%, mas no mês de Fevereiro tivemos um decréscimo de 11,3%.

Isto mostra que é fundamental diversificar os mercados emissores de turistas para os Açores e que a política seguida por este Governo Regional foi coerente, está a ser coerente e está a dar resultados.

Como disse também nesta sala na apresentação do Plano, os pacotes turísticos provenientes de mercados emissores do Norte da Europa, não são pacotes turísticos do mercado social turístico, como foi aqui dito.

No Inverno o valor médio anda à volta dos 600 euros. No Verão, na época alta, anda à volta dos 700 a 800 euros, muito mais elevado que a nossa vizinha Madeira, Baleares, Canárias ou Algarve.

Estamos a crescer!

Como sabem, este ano a oferta vai aumentar cerca de 5%, mas estamos a crescer muito mais em termos de dormidas e, por isso, a nossa taxa de ocupação vai crescer significativamente este ano.

É evidente que o crescimento da oferta é sempre descontínuo, enquanto que o crescimento da procura tem tendência a ser um crescimento mais contínuo. Ou seja, se no ano de 2003 e no ano de 2004 colocámos cerca de 1500 camas no mercado, era natural que houvesse uma baixa da taxa de ocupação, muito mais porque passamos por anos de crise económica.

O país atravessou uma recessão severa em 2003 e no mercado internacional houve um abrandamento muito importante das diversas economias, dos principais mercados emissores de turistas.

Passado que está um pouco esta crise, imediatamente a procura começa a aumentar e as taxas de ocupação vão também consequentemente aumentar.

Nós estamos convictos que este ano a nossa taxa de ocupação vai ultrapassar a média nacional e vamos estar convictos de que este crescimento vai continuar e que só daqui a alguns anos haverá novamente um novo crescimento da oferta comparável àquilo que tivemos nos últimos anos atrás.

Estamos a actuar, do meu ponto de vista, bem, estamos a conquistar novos mercados, o mercado dinamarquês já ultrapassou o mercado sueco, o mercado finlandês está a ter um enorme sucesso este ano, o voo regular que fizemos para a Inglaterra está a ter já neste momento uma taxa de ocupação com as reservas feitas de 60%. Significa que, com o aumento normal das reservas, com o tempo do percurso que vai ocorrer em Junho, Julho e Agosto, vamos ter uma boa taxa de ocupação e que é possível no próximo ano lançar o segundo voo para a Inglaterra.

É assim que se constrói o destino.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, receio que tenha de terminar.

**O Orador:** Multiplicamos os mercados emissores, procurando com os privados encontrar a estratégia de desenvolvimento do turismo mais adequada, que sirva os interesses da Região e sirva os interesses dos privados.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A profundidade e clarividência da intervenção do Deputado António Marinho impõem-me, de facto, contenção e com todo o respeito pela intervenção da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz e do Sr. Secretário Regional da Economia, acho que fez a síntese perfeita e às sínteses perfeitas não se acrescenta nada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(\*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer a intervenção da Sra. Deputada Isabel Moniz atendendo que o tema que aqui traz é um tema de extrema importância para a nossa Região, sendo este um dos pilares do desenvolvimento económico para os Açores, desde 1997, compromisso esse e trabalho desenvolvido pelo Governo Regional do Partido Socialista.

Antes de mais gostaria de dizer também ao Sr. Deputado Marinho que a verdade é que hoje existe matéria para arquivar. Infelizmente antes de 96 não havia matéria para arquivar sobre este sector. A realidade é esta!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Srs. Deputados, a verdade também, e não querendo fugir muito à intervenção da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, é que recentemente, por exemplo, na Ilha Terceira, os Deputados do Partido Socialista tiveram a oportunidade, *in loco*, de ouvir operadores

turísticos e pessoas que têm uma intervenção nesta área de modo a inteirarmo-nos daquilo que são também as suas preocupações.

A verdade é que, como dizia há pouco, *in loco*, tivemos a oportunidade de observar as potencialidades, por exemplo, que a Ilha Terceira tem no turismo e a nova realidade que nós temos neste sector naquela ilha.

A verdade, como também já foi dito, a questão da formação profissional tem vindo a ser uma política implementada pelo Governo Regional e este sector tem sido abrangido. A verdade é que este sector também é um dos sectores que tem atingido taxas elevadas em termos de empregabilidade, o que demonstra também a sua importância na economia regional, como disse anteriormente.

Neste trabalho, nesta visita que os Deputados do Partido Socialista fizeram, foi demonstrado pelos operadores a realidade que nós já temos. Felizmente, uma das preocupações é, de facto, a permanência de turistas na Ilha Terceira. É verdade que cada vez mais permanecem na nossa ilha e a verdade é que pelos dados, que desagradam o PSD pelos visto, por exemplo, no que se refere a hóspedes e a dormidas na nossa ilha, temos um acréscimo de 28%.

É verdade também que a Ilha Terceira, neste sector, tinha grandes carências no que se refere a camas e a outras infra-estruturas importantes, que em tempos alguns consideravam obras virtuais, como a questão da aerogare das Lajes, que é uma das portas de entrada da Ilha Terceira e do Grupo Central. A verdade é que é uma real obra que em breve será inaugurada.

Todos estes investimentos estão a ser concretizados pelo Governo.

A verdade também é que este sector, ao longo destes anos, tem merecido uma especial atenção e vai continuar a merecer uma especial atenção pelo Governo Regional dado a sua importância.

Tenho dito.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

**Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Deputado António Marinho:

Pelos vistos a si custa-lhe ouvir a verdade. A mim não me custa trazer relatório da obra feita.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Já tínhamos reparado nisso. É uma tendência que a Sra. Deputada tem!

**A Oradora:** Sr. Deputado Alberto Pereira, nunca pensei deixá-lo sem palavras.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Agradecia ao Sr. Deputado Luís Henrique que o substituisse no lugar de Secretário da Mesa.

*(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído pelo Deputado Luís Henrique na mesa da ALRA)*

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O dia 24 de Março de 2005 (Quinta-feira Santa), é mais uma data a assinalar (pela negativa) na longa história da protecção da orla costeira da Vila das Lajes.

Desde a madrugada e durante todo este dia, os lajenses (residentes na Vila), viveram de novo horas de angústia e momentos de pânico.

O mar invadiu a Vila, de forma avassaladora, provocando estragos de significativa monta e colocando em risco a segurança de algumas famílias.

É com alguma desilusão que continuamos a falar, de forma recorrente, sobre a orla costeira da Vila das Lajes, pelas piores razões. Ou seja, como algo que não está ainda resolvido e parece longe de uma solução. Não digo uma solução total e definitiva, porque me parece impossível, mas uma solução no sentido de minorar os receios e a insegurança dos lajenses relativamente à força destruidora e ameaçadora

com que o mar, de vez em quando, atinge a Terra, naquela histórica e emblemática Vila Baleeira.

Sei que esta justa e legítima reivindicação dos lajenses vem de longa data, escusam de me relembrar isso. Agora o que é certo é que desde Janeiro de 1994 até Dezembro de 2003 (10 anos), como autarca, sempre coloquei esta questão no topo das reclamações daquele Concelho junto do Governo Regional. Durante 2 anos com um Governo do PSD e nos restantes 8 anos com Governos do Partido Socialista.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Mais, esta nunca foi somente uma questão reivindicada pelo Concelho das Lajes, foi sempre considerada todos os anos, naquele mesmo período, pelo Conselho de Ilha, como uma das mais importantes obras a realizar na Ilha, pelo Governo.

Porque o inconformismo dos habitantes, dos responsáveis e dos políticos de uma ilha desta Região, na defesa dos interesses dessa ilha, não deve nunca, ser função do Governo interlocutor, seja ele qual for.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a protecção da orla costeira da Vila das Lajes do Pico convém aqui relembrar, alguns episódios desta longa história, mais em concreto alguns reportados à última década.

Em Janeiro de 1994, tomava posse, como Presidente de Câmara Municipal das Lajes do Pico. Logo no mês seguinte estava em São Miguel numa audiência com o Sr. Secretário das Obras Públicas de então, Natalino Viveiros, a discutir este assunto. Passados alguns meses, este governante foi substituído por outro titular da pasta, o Eng. Jaime Medeiros, que então se responsabilizou pela vinda à Vila das Lajes do Pico de técnicos do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), para procederem a um reconhecimento da zona e iniciarem os respectivos ensaios laboratoriais, em modelo reduzido.

Durante quase dois anos estes ensaios prosseguiram no LNEC, aos quais assisti, por duas vezes, a convite do então Secretário Regional Eng. Jaime Medeiros.

Neste período a Autarquia foi recebendo sempre os relatórios intercalares de acompanhamento daqueles estudos e ensaios, e acompanhando assim todo o

processo, colaborando também com algumas sugestões que espelhavam no fundo a opinião de alguns lajenses mais conhecedores da situação real.

No Verão de 1996 tinham terminado os ensaios do LNEC e todo o processo estava assim pronto para se iniciar a fase processual de lançamento do concurso público com vista à realização da obra. Faltava no entanto encomendar um estudo de impacto ambiental.

Em Outubro desse mesmo ano (1996), houve eleições regionais, o PSD que era Governo perdeu e o PS ganhou e formou novo Governo.

No ano seguinte, quando o novo Governo foi ao Pico na sua visita estatutária, lembro-me de ouvir o Sr. Presidente Carlos César afirmar, no muro da pesqueira, em alto e bom som, que em relação à orla costeira da Vila das Lajes os Governos anteriores nada tinham feito e que agora era ele que iria resolver o assunto de uma vez por todas.

**Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): E está resolvendo!

**Deputado Hernâni Jorge** (*PS*): E é verdade!

**O Orador:** A ver vamos!

Estas declarações foram proferidas há exactamente 8 anos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Também é verdade!

**O Orador:** Mas mais caricato, é que, passados quase quatro anos após esta afirmação, a Directora Regional do Ambiente do Governo de Carlos César, foi com o seu staff técnico, tentar convencer a Câmara das Lajes de que não era possível fazer a protecção da orla costeira da Vila, atendendo ao estudo de impacto ambiental que tinha encomendado. Este assunto foi largamente discutido num encontro entre aquela Direcção Regional e a Câmara das Lajes a que na altura presidia. E modéstia aparte não fosse a capacidade argumentativa do executivo camarário de então, mais dos cidadãos lajenses que na altura convidei para ajudarem a fazer a defesa desta causa, provavelmente hoje não estaríamos a falar desta obra, porque o Governo de César queria inviabilizá-la. E o curioso é que César tinha alguns correligionários do seu partido na ilha e até no Concelho, que não o entusiasmavam muito em fazer esta tão necessária obra.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Esta não, a outra!

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** A sua obra!

**O Orador:** E aí é que está o vosso ver. Já falamos daqui a pouco, Sr. Deputado.

Passaram-se assim 8 anos de Governação socialista e só em vésperas das últimas eleições regionais, de Outubro passado, foi adjudicada uma obra de protecção **numa zona específica da frente costeira da Vila**, repito, a zona da carreira.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matérias de Governação, mais importante do que falar no passado é falar no presente e do futuro, e é sobre o presente e o futuro que em relação a esta obra pretendo deixar aqui registadas as minhas preocupações, para memória futura.

Esperemos que no próximo Verão a obra se inicie efectivamente,...

**Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Já se iniciou, Sr. Deputado!

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Não passa nas Lajes?!

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Se já começou é invisível!

**Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Amanhã podemos ir lá!

**O Orador:** ... e que melhore substancialmente as condições naquela zona específica da frente costeira da Vila, o que será já um benefício grande. Congratulo-me como político com isso mas mais como cidadão, pois trata-se de uma obra muito importante sob o ponto de vista da segurança das pessoas e salvaguarda dos seus bens. É que com a vida e a segurança das pessoas não pode haver hesitações, muito menos inércias que se refugiam em estudos e mais estudos. Como também não são compreensíveis slogans eleitorais afirmando que as pessoas estão primeiro para depois se colocar as pessoas em plano secundário.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Agora o que não me convencem, nem ninguém se iluda com tal, é que esta obra que o Governo mandou executar vai resolver todo e em definitivo este problema histórico.

A zona do Portinho, e toda a zona de frente de mar entre o antigo campo de futebol e a escola secundária continuarão totalmente desprotegidas, senão até em parte mais

sensíveis, a futuros galgamentos do mar. Mas sobre isto, considero que ainda é cedo para se fazerem prognósticos mais negativos.

Já agora, informo esta câmara que sobre os estragos ocorridos na Vila das Lajes, no passado mês de Março, provocados pelos galgamentos do mar, o Grupo Parlamentar do PSD, já entregou nesta Assembleia uma proposta de resolução que recomenda o Governo Regional a criar mecanismos de apoio às pessoas singulares e colectivas, vítimas dessa intempérie.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: É bom que façam esta obra, que está adjudicada, mas é bom que não esqueçam que há muito mais para fazer nesta zona, isto se se quiser, efectivamente, controlar uma parte substancial do problema e reduzir uma grande parte dos problemas e das preocupações dos lajenses residentes na Vila, ou daqueles que nela tem investimentos realizados.

Teria sido muito mais prudente que o Governo Regional tivesse acatado as orientações que resultaram dos estudos e ensaios do LNEC, que apontavam para a construção de várias obras em toda a frente costeira da Vila. Este Governo entendeu prosseguir por outro caminho, mais fácil, mais barato, mas quanto a mim pouco eficaz. Contudo, é o Governo que vai responder por isso. Oxalá tenha sido este o caminho mais adequado. Cá estaremos para ver.

Vem aí um novo quadro comunitário de apoio que vai privilegiar as questões do Ambiente. Talvez seja aconselhável não perder de vista esta obra nos próximos anos.

**É que os lajenses também são açorianos, talvez não com as mesmas regalias de alguns, mas pelo menos com os mesmos direitos.**

Disse

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Está inscrita a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar, os Srs. Deputados Hernâni Jorge, Lizuarte Machado e Jaime Jorge.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(\*) **Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou estupefacta com a sua intervenção, Sr. Deputado.

A primeira ilha que eu visitei, depois de ser titular desta pasta, foi a ilha do Pico e a primeira preocupação que tive foi pedir à APT que me fizesse o ponto de situação da obra.

Passados alguns dias de ter tomado posse nesta casa, visitei as Lajes e nessa data foi-me apresentado o projecto e fiz uma visita à obra.

Como o senhor bem sabe, visto que é um ilustre habitante do Pico, ainda há pouco tempo o estaleiro da empresa que está a fazer a obra, também ficou destruído e, como o senhor sabe, todas as obras marítimas têm trabalhos em terra.

Ainda hoje de manhã trouxe uns papéis da Secretaria e tenho aqui o relatório de execução da fiscalização da obra. Amanhã mesmo, se o senhor quiser eu estou no Pico para ver a obra consigo,...

**Deputado Cláudio Lopes (PSD)**: Já a vi muitas mais vezes e muitas mais coisas que a senhora!

**A Oradora**: ... porque é a melhor maneira de provar que a obra está a decorrer dentro da normalidade.

A obra vai realizar-se num prazo de dois anos. Neste momento vai levar mais três meses tendo em conta uma especificidade técnica que ocorreu. Portanto, tenho o maior gosto de amanhã mesmo alterar a minha agenda e fazer uma visita à obra da protecção da orla costeira.

**Deputado Pedro Gomes (PSD)**: Não é uma questão de visita!

**A Oradora**: É a primeira vez, e eu já estive aqui 9 meses noutras funções, que vejo uma situação destas e lamento profundamente, porque é lamentável que depois de haver uma obra que está a ser executada, um deputado venha com um discurso destes para aqui, que, além de ser extremamente pessimista e negativista...

**Deputado Cláudio Lopes (PSD)**: Oxalá que seja! Oxalá que tenha razão!

**A Oradora:** ...ninguém faz obras sem projectos e este projecto é um bom projecto e é o projecto que se calhar vem servir melhor os lajenses e a Região. Portanto, eu estou estupefacta.

Aliás, amanhã mesmo tenho o maior gosto de ir com o senhor ver a obra...

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Tenho muito gosto em acompanhá-la!

**A Oradora:** ... chamar os empreiteiros e vermos o que é estamos a fazer.

Por acaso tenho aqui o relatório da fiscalização.

Pelo amor de Deus! Isto é lamentável!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(\*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Cláudio Lopes:

Acabámos de assistir não a uma intervenção de um Deputado Regional eleito pela ilha do Pico, naturalmente preocupado com os problemas da sua ilha, mas a uma intervenção desesperada, e diria mesmo desavergonhada, do Presidente de Comissão Política de Ilha do PSD ...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não apoiado!

**O Orador:** ... que vê a hegemonia do partido na ilha a esmorecer e a perder-se.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Só o desespero do Presidente da Comissão Política de Ilha do PSD e a falta de vergonha do Sr. Deputado Cláudio Lopes...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Essa linguagem não é admissível!

**O Orador:** ... é que poderiam levar a dizer que a obra ainda não começou quando ela já começou há meses. A obra está lá.

Aceite o desafio da Sra. Secretária e, se não viu ainda a obra, pode ser que, levado pela mão, tenha oportunidade de constatar que a obra já existe e que está a decorrer.

Sr. Deputado, foi este que aqui está, cabeça de lista pelo PS em 2000 pela ilha do Pico, que disse, que afirmou – e foram estes – que o projecto que vinha de trás, tinha questões não só ambientais, como técnicas, que eram gravosas para a Vila das Lajes. Disseram, afirmaram em plena campanha eleitoral que com eles e com o apoio deles aquele projecto nunca seria levado avante.

Afirmaram, disseram-no e assumiram-no em campanha eleitoral!

Tiveram o apoio dos jorgenses, tiveram o apoio da população do Pico, venceram as eleições em 2000.

Disseram que não faziam aquele projecto, mas disseram que iam fazer um projecto que garantisse a protecção da Vila e que garantisse o desenvolvimento económico das Lajes e a criação de uma zona de abrigo e de um porto que aquela Vila merece, por aquilo que é a actividade económica, designadamente no âmbito da observação de cetáceos.

Disseram-no. Fizeram-no. O projecto foi mandado elaborar, foi elaborado, foi lançado o concurso, foi adjudicada a obra e a obra já começou.

É falta de vergonha, é completo descaramento, é faltar à verdade vir fazer uma intervenção como a que o Sr. Deputado fez, dizendo que a obra não começou quando a obra já começou há meses.

É preciso ter lata, Sr. Deputado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Isto está a chegar a um nível!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A obra está em curso, está no terreno...

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Afirmei isso na minha intervenção, mas talvez a Sra. Secretária não ouviu!

**O Orador:** ... e por isso fico com a ideia de que esta intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes é um pouco intempestiva e um pouco fora do propósito e dá-me a

ideia de que, centrando-me exclusivamente na Vila das Lajes, esta intervenção pode ter como pano de fundo uma outra preocupação, que é a preocupação de que em Outubro volte a haver “galgamentos” e que neste caso a onda rosa possa galgar também a própria câmara.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** O senhor já foi candidato e perdeu, não sei se se lembra!

**O Orador:** Relativamente à obra, Sr. Deputado Cláudio Lopes, é verdade que é uma preocupação nossa, de todos os picoenses e lajenses, os galgamentos que sucessivamente vêm acontecendo na Vila das Lajes. Eu tenho que reconhecer (não gosto muito de falar no passado, nem é meu hábito nesta casa, como todos reconhecem), que há uma pessoa que teve também um empenho significativo na primeira parte e no primeiro projecto desta obra, que foi o Sr. Engenheiro Jaime Medeiros. Eu tenho que reconhecer isso, embora reconheça que da parte de quem o apoiou na ilha foi sempre muito mal aconselhado.

Foi, provavelmente graças à acção dele, e não me custa reconhecê-lo, que se chegou àquele primeiro projecto com o qual nós nos deparamos em 2000, mas que os Governos do PSD nunca tinham tido a coragem de lançar a concurso.

As razões não sei quais foram, não me vou debruçar sobre isso, mas a verdade é que em 2000, como disse o Sr. Deputado Hernâni Jorge, nós assumimos que aquele projecto não seria executado.

Assumimos que seria executado um outro projecto que conciliasse protecção e desenvolvimento. Não tínhamos dinheiro para esbanjar, portanto, queríamos conciliar protecção e desenvolvimento.

Tenho dúvidas que alguma vez um projecto daquela complexidade e com aquela envergadura tenha sido desenvolvido em tão curto espaço de tempo.

O que é facto é que entre esse período e o momento que estamos a viver, a obra já está em execução, como disse a Sra. Secretária.

Portanto, da nossa parte nós cumprimos tudo aquilo que tínhamos prometido. Cumprimos aquilo que estava no nosso manifesto eleitoral, aquilo que era o nosso compromisso com os picoenses que nos deram a vitória em 2000 e, justamente

porque cumprimos os nossos compromissos, voltaram-nos a dar a vitória ainda mais expressiva em 2004.

É evidente que também concordo consigo quando diz que esta obra não resolve em definitivo a protecção da Vila das Lajes. Também concordo consigo quando diz que ...

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** O Sr. Deputado é mais sensato que o Governo!

**O Orador:** ... esta obra não resolve em definitivo. Também partilho da sua preocupação de que eventualmente não haverá nenhuma obra que resolva esse problema em definitivo.

Estamos a fazer aquilo que consideramos possível neste momento e com o aconselhamento técnico que nos indicou no sentido de avançarmos já com esta obra e monitorizamos durante algum tempo todo aquele espaço para vermos, numa segunda fase, que tipo de obra é que se pode fazer.

Estamos a avançar com todo o cuidado e com todo o acompanhamento técnico que é possível ter. A Sra. Secretária e a Administração Portuária que está a gerir a obra têm acompanhado isso ao pormenor.

Esta obra é segura, é eficaz, garante alguma protecção e garante desenvolvimento. Este é nosso caminho, foi o caminho que apresentámos aos picoenses. Eles mandaram-nos para seguirmos por esse caminho e é isso que estamos a fazer.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A primeira nota que eu tinha aqui acabou por ser respondida num comentário da Sra. Secretária. Era se eu também estaria convidado a visitar essa obra.

**Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Todos!

**O Orador:** Terei muito gosto em ir visitá-la.

Eu penso que tanto o Deputado Hernâni Jorge como o Deputado Lizuarte Machado poderão estar a antecipar-se na antevisão que fazem do próximo “galgamento” de Outubro. Nós para lá vamos. É preciso calma com isso. Esta vitória que o PS obteve nas últimas eleições legislativas não significa que vai galgar toda a ilha

definitivamente e que a onda rosa vai alastrar-se a toda a ilha. Estamos cá para ver o que é que em Outubro nos vai acontecer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de começar esta minha curta intervenção de 3 minutos, que o Regimento me permite, começando por dizer que pretendia apenas trazer aqui mais uma intervenção a somar a muitas intervenções que nesta Assembleia já tiveram lugar sobre este assunto, em diversas legislaturas, por vários deputados que por aqui passaram e que representaram o Pico, quer pelo Partido Socialista, quer pelo PSD. Esta é mais uma a somar a essas tantas intervenções que sobre este assunto recorrente já aqui tem sido repetidamente falado.

Infelizmente ainda hoje não posso falar dela de outra forma, senão na forma que aqui trouxe. Trouxe-a aqui exactamente relevando ou tentando sublinhar duas notas que me parecem importantes em relação a essa obra e pretendi na minha intervenção fazê-lo. Penso que fui claro, ainda que tenha percebido que algumas pessoas não a tenham compreendido muito bem ou não a tenham querido interpretar assim.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado interpretou na medida daquilo que eu esperava que fosse interpretado. O Sr. Deputado Hernâni e a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar nem tanto.

A primeira nota que eu gostaria de deixar aqui registada nesta casa, e nesta câmara para memória futura, é de satisfação – disse exactamente isso e espero estar aqui mais alguns anos mais os meus queridos colegas da oposição para podermos falar sobre esta obra de outra forma e com maior satisfação nos próximos anos – por estar adjudicada uma obra, apenas uma obra, daquilo que seria a verdadeira protecção da frente costeira da Vila das Lajes.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Portanto estou a manifestar a minha satisfação, o meu apreço (gostava que isto fosse revelado e mais uma vez, eu, como político responsável da Ilha, o faço, que é quando vejo que o Governo Regional faz coisas boas na minha ilha, não

tenho qualquer complexo em elogiá-lo, seja ele de que natureza política for; já o fiz em relação a vários secretários deste Governo Socialista, faço-o de novo nesta tribuna e desta bancada em relação ao actual Governo e em relação à tutela que tutela esta obra) por estar em curso, por estar adjudicada uma obra da frente costeira da Vila das Lajes.

Agora deixei também muito claro, e esta é a minha preocupação, que a segunda nota que quero deixar registada com a minha intervenção é de preocupação, no sentido de alertar quem de direito, e neste caso o Governo Regional e a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar, para os tempos que aí vêm, para o futuro, porque entendo que esta obra que está actualmente em curso não vai, nem de perto, nem de longe, proteger a frente costeira da Vila das Lajes.

Vai proteger naturalmente uma zona, mas como referi, e penso que qualquer pessoa de bom senso o aceita bem, a zona que vai desde o antigo campo de futebol até à zona da maré em frente à Escola Secundária, continuarão a estar, mesmo com esta obra realizada, totalmente desprotegidas, mais a zona do portinho na Ribeira do Meio.

Portanto, não vejo que haja qualquer hipótese de nenhum milagre desta obra que está em curso proteger toda a zona da frente costeira da Vila das Lajes.

Sra. Secretária, esse dossier, desculpe que lhe diga, conheço-o muito melhor, e de há longos anos a esta parte, do que V. Exa.

A Sra. Secretária chegou há pouco tempo a essa secretaria, está cheia de empenho, de entusiasmo, é saudável, eu elogio e deixa-me satisfeito, mas não queira agora pôr uma esponja sobre o passado, sobre um período de oito anos de governo socialista que mais não fez do que encomendar um estudo de impacto ambiental e, a meio do percurso, ir à Câmara das Lajes dizer que esta obra não tinha qualquer viabilidade, não iria ser feita.

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

**O Orador:** Foi o empenho da Câmara mais o dos lajenses, através de abaixo-assinados que aqui tenho, através de muitas manifestações de defesa desta obra, que hoje se continua a falar nela.

Está em curso uma parte da obra, mas a minha preocupação e o meu desejo é que não percam de vista esta frente costeira da Vila das Lajes e que avancem já com novas acções para, na sequência desta, se concretizarem outras obras na frente costeira daquela Vila.

Termino esta intervenção por aqui, mas espero ter oportunidade de fazer uma segunda intervenção.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(\*) **Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O senhor foi claro, faltou foi à verdade.

Eu, por acaso, tinha aqui o relatório que há bocado referi, que é precisamente o projecto, a plataforma de trabalho para acesso ao molhe.

Eu não percebo como é que o senhor diz que só a obra está adjudicada, quando está lá um estaleiro, quando há estudos e relatórios mensais ao dono da obra.

O desafio que eu lhe coloquei é que amanhã o senhor me acompanhe e vamos ver se de facto a obra está ou não a ser realizada.

O futuro a Deus pertence, Sr. Deputado.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** E o seu também!

**A Oradora:** O litoral, como toda a gente sabe, hoje é uma questão extremamente prioritária em todo o mundo, não é só aqui nos Açores.

O senhor, no fundo, parece-me o Velho do Restelo. Antes da obra está terminada já vem aqui dizer que a obra não vai resolver o problema. Pelo amor de Deus!

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Mas é que não vai!

**A Oradora:** Acha que os engenheiros que fizeram os projectos andaram a brincar com uma obra destas?

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** A senhora está convencida que vai resolver?

**A Oradora:** Olhe, se não resolver tudo, parte dela há-de resolver. Pelo menos tentámos, coisa que os senhores em 20 anos não fizeram.

O senhor só pode ter esse tipo de atitude daqui a dois anos, quando a obra estiver terminada e se, de facto, se continuar a verificar essa situação.

Antes disso, sinceramente, é ter uma atitude pessimista, é faltar à verdade e é tentar arranjar argumentos que não correspondem à realidade.

O senhor começou por dizer que a obra estava adjudicada.

A obra está adjudicada e os empreiteiros estão a executá-la.

O senhor sabe muito bem que a sua ilha tem sido assolada por problemas em portos e nunca se começa uma obra num porto pelo mar. Começa-se em terra. Então não têm que fazer os tetrápodes para depois colocar lá? Pelo amor de Deus!

Então o senhor vem agora para aqui dizer o quê aos açorianos,...

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Venho dizer aos responsáveis!

**A Oradora:** ... aos deputados e aos membros do Governo?

Pelo amor de Deus!

O senhor foi Presidente da Câmara. Tem toda a legitimidade em dizer que há galgamentos, que as populações estão assoladas. Nós concordamos. Eu própria, nesse dia, mandei imediatamente os técnicos da Secretaria avaliarem os estragos. Estamos atentos, estamos a minimizar as situações, mas às vezes o alarme precipitado não vem resolver os problemas, porque aquilo não é um problema de hoje, nem é um problema dos 8 anos dos governos socialista. É um problema que tem muitos anos.

Portanto, nós estamos aqui. Concretamente adjudicámos a obra, estamos a fazê-la e daqui a dois anos vamos ver.

Portanto, penso que foi precipitada a forma como apresentou aqui o problema.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Embora em planos diferentes, eu como deputado e a senhora como titular de uma pasta do Governo, nós somos políticos de direito nestas nossas funções. Em termos técnicos em sou de formação de engenharia agrícola e a senhora de história, salvo erro. Portanto, discutir assuntos de obras marítimas, tecnicamente, se calhar estamos os dois em pé de igualdade.

O que eu quero dizer em relação a isso é que tenho aqui uma folha síntese dos trabalhos feitos no relatório no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que é por acaso o Laboratório mais credenciado de Portugal e até da Europa em obras de engenharia hidráulica e hídrica. Está aqui uma folha síntese das obras que foram ensaiadas em modelo reduzido durante dois anos.

Os senhores fizeram gala, e o Sr. Deputado Lizuarte Machado referiu isso, em referir que os dois deputados do Partido Socialista do Pico rejeitaram estes estudos (não sei com que bases, se técnicas ou científicas),...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Com base no relatório técnico e não no desenho!

**O Orador:** ... mas apenas fizeram isso por razões políticas, porque isso era um trabalho e um estudo que vinha dos tempos do PSD e os senhores têm a preocupação de anular tudo aquilo que é feito pelo PSD, seja bom ou seja mau.

O que os senhores estão neste momento – Sra. Secretária gostava que visse o que estou aqui a mostrar – a fazer é pouco mais, ou menos, do que apenas uma das obras que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, há muitos anos atrás, já tinha recomendado uma de entre várias!

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Não é nenhuma dessas!

**O Orador:** Está aqui outra. É muito semelhante a esta, meu caro Deputado, mas havia outras propostas de intervenção na frente costeira da Vila das Lajes recomendadas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Portanto, os senhores estão apenas a assumir uma dessas obras e a minha preocupação, e é com responsabilidade que o faço, não é por razões políticas fáceis, porque já o podia ter feito antes, em tempos mais apropriados para fazer aproveitamentos políticos, mas não o fiz. A minha conduta tem sido sempre de respeitar com cordialidade os meus adversários políticos, sejam eles quem forem, portanto estou a fazê-lo agora no momento em que está em curso uma obra. Estou a alertar, devida e atempadamente, para o interesse que há em que este Governo reflecta e aprofunde já a oportunidade e a hipótese de intervir noutras zonas recomendadas, aliás, há anos, pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Sobre este assunto e porque o tempo urge também, gostava de dizer à Sra. Secretária que não costumo faltar à verdade e não creio que com a minha intervenção tenha faltado à verdade.

Sob faltar à verdade, estou muito à vontade consigo, porque não é meu hábito.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Hernâni Jorge sobre conduta pessoal e conduta política, posso muito bem discutir frente a frente consigo, em qualquer lugar, aqui, na rua, onde quer que queira que isso aconteça.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sobretudo porque o passado de cada um fala por si!

**O Orador:** Conduta política, moral e pessoal posso discutir muito bem consigo. Não tenho qualquer complexo a esse nível.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Sr. Deputado Lizuarte Machado, a sua intervenção é uma intervenção de bom senso, que está de certa forma relacionada com as minhas preocupações. Isso foi uma atitude correcta, positiva e de bom senso, bem contrária à reacção que a Sra. Secretária Regional aqui teve.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, ficou acordado entre os Presidentes dos Grupos Parlamentares que ao meio-dia encerrávamos este período dos nossos trabalhos.

Regras são regras. Compromissos são compromissos.

Portanto, vamos suspender os nossos trabalhos por 15 minutos e voltamos para a Agenda da Reunião.

*Eram 12 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares.

*Eram 12 horas e 25 minutos.*

Vamos iniciar a nossa Agenda da Reunião com a continuação da discussão da **Proposta de Resolução – “Conhecer as consequências da liberalização mundial do comércio agrícola na agricultura açoriana”**.

Estava inscrito o Sr. Deputado Luís Paulo Alves que neste momento prescinde.

Isso leva-me a concluir que podemos passar à votação desta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(\*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou esta Proposta de Resolução considerando a importância da matéria, as implicações na nossa Região, os nossos constrangimentos e características da globalização, a realidade açoriana que é afectada por toda esta evolução, sobretudo entendendo que é importante proteger o nosso sector produtivo.

O PSD entendeu que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deveria analisar e estudar as consequências para a agricultura açoriana da globalização agrícola no âmbito da organização mundial do comércio.

O PS, por seu lado, não quer que a Assembleia Legislativa tenha posição e apresente essa posição sobre uma questão tão importante para o nosso desenvolvimento, para a nossa evolução.

Perante tudo isto o que é que fica?

Fica a preocupação do PSD, a nossa vontade em contribuir para analisar o problema e promover soluções que defendam os interesses dos Açores.

O PSD propõe, o PSD pretende que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores actue.

O PS não quer, porque está contra.

No fundo, incomoda o PS que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores actue, que a Assembleia trabalhe.

O entendimento do Grupo Parlamentar do PS vai no sentido de que o Governo Regional actue sozinho. Não é esse, de forma nenhuma, o nosso entendimento.

Por isso, somos proponentes, continuaremos a ser proponentes.

O facto do PS estar sempre contra as propostas do PSD, não impede que o PSD apresente propostas a favor do Açores e a favor dos interesses dos Açorianos.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS votou contra esta proposta porque considera que ela é perfeitamente desajustada em termos de tempo, desadequada nos seus termos e porque também não percebeu se aquilo que o PSD pretendia com esta proposta era parar as conversações e as negociações que se estão a desenvolver a nível da organização Mundial do Comércio para que houvesse tempo de fazer a sua reflexão sobre essa matéria uma vez que em tempo oportuno não “apanhou o comboio”.

Nesta casa ninguém pretende, nem pretenderá, limitar a iniciativa de quem quer que seja. De facto, os órgãos próprios do país e da região têm acompanhado em pormenor e têm-se pronunciado sobre estas matérias.

As políticas estruturantes de desenvolvimento que nos respectivos sectores e também na área agrícola têm vindo a ser implementadas pelo Governo Regional pretendem, isso sim, que o desenvolvimento económico se dê de forma contínua e sustentada.

Percebemos claramente que é necessário algum protecçãoismo que está perfeitamente salvaguardado como muito bem estava frisado na declaração do ex-Ministro da Agricultura, mas acreditamos nas nossas potencialidades, acreditamos

nas nossas políticas, acreditamos nos açorianos. Não tememos os tempos que aí vêm, estamos a nos preparar para os enfrentar e através desta casa e dos órgãos próprios da Região, continuaremos permanentemente a acompanhar este assunto tanto quanto seja possível.

Muito obrigado.

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte: **Proposta de Resolução - Revisão do Regulamento POSEI/Agricultura.**

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**Deputado António Ventura (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmos. Sra. e Srs. Membros do Governo:

O estatuto de Região Ultraperiférica que o Arquipélago dos Açores é detentor tem determinado ajudas que pretendem minorar alguns dos seus condicionantes perpétuos que restringem as suas populações da equidade socio-económica europeia. São de facto estrangulamentos que limitam a oportunidade dos seus habitantes e reduzem a competitividade das empresas.

A materialização destas ajudas remontam a 1991/1992, com o aparecimento do Programa de Opções Específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade (POSEI) e no nosso caso POSEIMA, que tenta amortecer a distância, o isolamento, a pequena superfície, a falta de economias de escala e a escassa diversificação do tecido produtivo que caracterizam as Ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira.

O aperfeiçoamento deste programa, de modo a torná-lo mais adequado com a realidade deve constituir uma ambição permanente dos Açores, aproveitando-se para o efeito todas as oportunidades de abertura de revisão que são concedidas, uma vez que consideramos não estarem esgotadas todas as benfeitorias que o instrumento POSEI pode transmitir aos Açores, principalmente na amplitude de apoios e procedimentos.

Recentemente o Conselho Europeu adoptou medidas específicas no domínio agrícola a favor das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia que afiguram uma nova filosofia, pois contemplam a descentralização da decisão e a capacidade de elaboração de uma estratégia de apoios mais própria das Regiões ultraperiféricas.

Ora, estamos perante uma daquelas ocasiões que possivelmente só se irá repetir daqui a meia dezena de anos, pelo que convém esforçarmo-nos para dentro da margem de manobra jurídica que possuímos, propor-mos modificações que assegurem os melhores benefícios para os Açores.

Assim, esta proposta do Conselho deve ser alvo do nosso atrevimento, no sentido de se poder afirmar o interesse regional de âmbito agrícola no actual processo de revisão, pela adopção de proposições que corrigem e esclareçam algumas disposições, o que permitirá aumentar a eficácia do POSEI e possibilitará que este programa esteja mais ajustado à verdadeira natureza arquipelágica dos Açores.

Deverá, assim e de forma genérica a proposta do Conselho acolher situações relacionadas com a dupla insularidade, a determinação do aprovisionamento e a sua nova concepção, com a eliminação do possível vazio legislativo que possa acontecer, com a sustentabilidade das Agro-indústrias e a possibilidade de exportação e expedição de produtos transformados nas RUP's clarificando-se este conceito, com a reestruturação da cultura da Vinha, com inquietudes pecuárias e com questões relacionadas com o Desenvolvimento Rural na manutenção de todo o seu acervo conquistado neste domínio, entre outras intenções.

A indicação das preocupações que estão corporalizadas na Proposta que agora é submetida a este Parlamento, são igualmente e na sua maioria, comuns às sete Regiões Ultraperiféricas da União Europeia caracterizadas por uma dimensão única e original distinta dos demais territórios da UE, pelo que o estabelecimento de um consenso global, permitirá a construção de uma plataforma mínima de defesa dos interesses destas Regiões, com vista atender as suas urgências próprias e a potencializar o seu desenvolvimento endógeno.

Não queríamos, no entanto, deixar passar esta oportunidade para manifestarmos o nosso agrado quanto à colaboração que o Grupo Parlamentar PS deu para a construção desta Proposta.

Isto significa que o interesse Regional conseguiu, através da concórdia e do diálogo, edificar uma proposta com firmeza e objectividade, pena é que o mesmo não ocorra em relação a outras iniciativas que pretendem exclusivamente fazer viver a Agricultura.

É na verdade um esforço político conjunto que se associa ao esforço do Comité das Regiões e do Parlamento Europeu e em particular do Relator de Fundo deste Programa o Dr. Duarte Freitas.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmo. Srs. e Sra. Membros do Governo:

A importância do POSEI nas Regiões Ultraperiféricas é inquestionável, acima de tudo, trata-se da existência de um programa diferente para locais diferentes, com a aprovação desta Proposta de Resolução nesta Assembleia estaremos a contribuir para diminuir a distância entre o Programa e os Locais e a potencializar o POSEI como catalizador do progresso.

Por fim, recordo que esta temática do POSEI, mereceu desde o início desta Legislatura uma total atenção do Grupo Parlamentar do PSD, basta para isso verificar que esta é a segunda iniciativa sob a forma de Proposta de Resolução que apresentamos neste Parlamento.

Vamos, assim, continuar vigilantes e atentos ao evoluir deste processo.

Disse.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

**(\*) Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução agora apresentada e que contou com a activa participação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Sr. Secretário da Agricultura, traduz o amplo consenso que nesta matéria existe na Região.

O Governo Regional constituiu um grupo de trabalho com os parceiros sociais do sector e consensualizou, com estes, posições. Os intervenientes políticos têm debatido e aprofundado a proposta da Comissão para a Revisão do Regulamento POSEI e esta Assembleia, com a aprovação desta Proposta de Resolução, vem dar

mais um contributo reafirmando os pontos que suscitam legítima preocupação, porque adversos aos interesses da Região.

Neste sentido, apoiamos todos os esforços já desenvolvidos pelo Governo Regional e pelos outros intervenientes no processo, manifestando também o nosso natural apoio a esta iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o início que assumi funções no Governo Regional tenho feito e desenvolvido todo o esforço possível para que a proposta do novo POSEIMA que a Comissão apresentou não fosse apenas uma mera proposta, mas que fosse uma boa proposta para os Açores.

Dos esforços desenvolvidos, poderei dizer que multiplicámos as reuniões com a Federação Agrícola dos Açores, com todas as Associações Agrícolas dos Açores, com todas as Agro-Indústrias Açorianas, com todas as entidades e pessoas que de algum modo poderiam ajudar a enriquecer as posições da Região nessa matéria tão importante para o futuro dos Açores e da agricultura açoriana.

Participámos em todas as reuniões, mesmo quando elas não foram da nossa iniciativa, e em todas elas demos o nosso contributo, apaixonado, é certo, mas tecnicamente validado pelas posições que foram sendo construídas por todos os agentes económicos nessa matéria.

Das conclusões a que chegámos, vertemo-las todas num memorando, memorando este que fizemos chegar a todas as entidades comunitárias, à Comissão de Agricultura, aos Deputados Europeus, relatores das várias comissões que existem nessa matéria, nomeadamente ao Dr. Duarte Freitas e ao Dr. Paulo Casaca, ao anterior e ao novo Governo da República e a todas as entidades que de algum modo têm alguma influência nessa matéria.

O bom senso suplantou alguma agitação que poderia haver nesta questão essencial para os Açores e, por isso, como responsável por essa área no Governo, congratulo-me com o entendimento que foi possível obter e que a Proposta de Resolução

apresentada reconhece todos os ensinamentos e todos os elementos, todas as propostas e todas as questões que de alguma forma podem ser importantes para a Região, porque a proposta que a Comissão apresentou não é satisfatória para a Região, porque contém muitos estrangulamentos para a agricultura e para os agricultores açorianos.

Por isso, ao aceitar no seu seio todas as questões que podem prejudicar os Açores nesta Proposta de Resolução, obtemos por esse meio mais um consenso importante para sensibilizar todas as entidades envolvidas na aprovação da proposta da Comissão para que ela seja efectivamente uma boa proposta para a Região.

Por isso, agradeço o esforço de consenso que foi desenvolvido para se poder chegar a uma conclusão edificante como esta.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para destacar o simbolismo e a situação única que hoje assistimos com esta deliberação que a Assembleia Legislativa Regional irá tomar.

É cada vez mais presente e influente esta relação que a Região tem com as decisões comunitárias da União Europeia, que interferem na vida quotidiana dos Açorianos e no nosso projecto de desenvolvimento económico e social.

É o simbolismo que hoje quero destacar, um sinal de que a Região pode ser agente activo no processo de decisão comunitária, influenciando, designadamente, este processo e esta decisão.

É um acto que merece ser especialmente sinalizado nesta relação sinalagmática das decisões comunitárias com destinatários, sejam eles os estados, os cidadãos europeus ou as regiões autónomas, neste caso concreto as RUPs.

Estamos a participar numa decisão com influência que tem como destinatários as RUPs. Estamos a identificar os interesses da Região Autónoma dos Açores para que eles sejam salvaguardados devidamente num regulamento comunitário destinado, em particular, às RUPs.

É, por isso, um momento de especial destaque, por essa perspectiva sinalagmática, de reconhecimento da influência das decisões comunitárias no quotidiano da vida dos Açores e, por outro lado, desta oportunidade de participação e de influência no processo de decisão da União Europeia, relativamente às Regiões Ultraperiféricas.

A Assembleia assume com consenso, neste caso por iniciativa do PSD, mas com a participação activa e colaborante da maioria do Partido Socialista, do Governo Regional, e do Deputado Duarte Freitas, que é hoje relator no Parlamento Europeu para o parecer a dar aos Regulamentos POSEI.

Quero por isso deixar aqui a justa homenagem, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, ao trabalho desenvolvido pelo Deputado Duarte Freitas como relator. Sinalizo também o empenhamento de todos os outros deputados ao Parlamento Europeu, nomeadamente o Deputado Paulo Casaca, eleito pelos Açores. No entanto, merece destaque o contributo especial que o Deputado Duarte Freitas dá como relator, tendo feito um especial esforço para assegurar a participação dos órgãos de governo próprio da Região. É importante acolher aquela que é, em concreto, a posição da Região Autónoma dos Açores no seu parecer. A Assembleia, enquanto centro de unidade da pluralidade partidária, toma posição comum em defesa dos interesses dos Açores.

Esta nota é politicamente relevante, é de saudar, pois foi possível a construção de um consenso. Agora é possível comunicá-la, através desta Resolução, ao Governo da República – negociador neste processo, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos considerar para efeitos de votação a proposta de alteração, tendo em consideração que só o próprio PSD poderia alterar a sua proposta nos termos regimentais.

Vou pôr à votação esta Proposta de Resolução com as alterações já introduzidas.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar ao ponto seguinte: **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 26/2000/A, de 10 de Agosto, que criou o SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores”.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional que instituiu o SIDER foi aprovado nesta Assembleia em Junho de 2000 e publicado em Agosto desse mesmo ano.

Era então o Partido Socialista minoritário nesta Assembleia, mas houve um consenso suficiente das diversas forças partidárias para aprovar este decreto.

Este Decreto Legislativo Regional está na base da aprovação, nestes anos, de 531 milhões de euros de projectos aprovados tanto a nível nacional como a nível regional.

Foi um estudo muito atento aos Sistemas de Incentivos Nacionais, um bom diálogo com o Governo da República de então que instituiu o III Quadro Comunitário de Apoio e o Programa Operacional de Economia, que permitiu à Região aproveitar muito bem os sistemas de incentivos, não só nacionais como também regionais.

Basta só dizer que no PRIME, que é a modificação do Programa Operacional de Economia, estão aprovados 468 milhões de euros de projectos na Região Autónoma dos Açores. Alguns deles já estão aprovados a nível do SIDEP, que é um subsistema do SIDER, com 237 milhões de euros, no âmbito do SIDEL estão aprovados 40 milhões de euros e no âmbito do SIDET 23 milhões de euros. Ao todo, este sistema de incentivos, como disse, é responsável por um impulso muito grande na nossa economia, principalmente na iniciativa privada.

Passados que são estes anos, nós temos notado, apesar de termos feito algumas pequenas modificações nos decretos regulamentares que instituíram o SIDEP, o SIDET e o SIDEL, que era necessário também fazer algumas pequenas modificações ao SIDER, ao Decreto Legislativo Regional, para permitir que certos projectos que até agora não podem ser apoiados pudessem sê-lo.

Nós estamos plenamente convencidos que a existência do SIDER é curta, porque o III Quadro Comunitário de Apoio termina a 31 de Dezembro de 2006 e no final deste ano, quando tivermos melhor conhecimento do que vai acontecer a nível de fundos estruturais e também das negociações do Governo da República com a comunidade e das orientações que o Governo da República der aos Sistemas de Incentivos Nacionais, começaremos, certamente, a planear os nossos sistemas de incentivos. Provavelmente o SIDER terá outro nome em 2007, haverá uma outra filosofia, mas até lá, até 31 de Dezembro de 2006, esta é que é a filosofia, e é importante que haja previsibilidade das nossas acções e estabilidade nos nossos sistemas de incentivos.

O que nós estamos a propor são pequenas alterações ao SIDER. Basicamente algumas são relativas à animação turística. A inserção do Grupo 6-2-2, transportes aéreos não regulares, é uma falha que achamos que temos no nosso sistema de incentivos; os táxis aéreos podem ser aprovados nos nossos sistemas de incentivos, como o aluguer de chips, o aluguer de bicicletas, de barcos, de iates, enfim, é uma falha importante e nós achamos que determinados projectos que têm muito interesse para a animação turística, neste momento, não podem ter acesso ao nosso sistema de incentivos.

Para além disso achamos que há áreas, na área da saúde – principalmente turismo sénior, cuidados à terceira idade, cuidados de serviços prestados à infância – que também podem ser apoiadas e projectos desta área, da iniciativa privada, no nosso entender, são importantes serem apoiados.

Para isso nós propomos também uma alteração à regulamentação do Decreto Legislativo Regional SIDER, principalmente na área dos projectos da tipologia B do SIDEP, para que possa ser adequada a esses diversos projectos.

Basicamente são essas duas modificações que consideramos importantes. Tudo o resto mantém a mesma filosofia, a mesma separação dos diferentes subsistemas, do SIDEL, do SIDET e do SIDEP.

Há uma abertura para outras actividades que nós consideramos relevantes.

Todos nós sabemos que cada vez mais a população ganha esperança de vida. Há mais idosos na nossa população. É também importante que a actividade privada

funcione nesta área da saúde, do apoio aos idosos, seja em Lares de Idosos, seja em residências assistidas e também é importante que as nossas crianças possam ter creches da iniciativa privada.

São duas áreas que nós consideramos importantes. Há muito interesse por parte dos privados nessas duas áreas. Na área da animação turística nós estamos a permitir que determinados projectos de grande interesse, de grande relevância, possam também ser apoiados permitindo qualificar mais a nossa oferta turística.

Muito obrigado.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A importância deste diploma é desnecessária realçar, porque todos nós sabemos que é essencial criar instrumentos que permitam, por um lado, dinamizar, fortalecer e modernizar o nosso tecido económico regional e, por outro lado também, promover a criação de emprego.

Mas se por um lado é importante a sua existência, não menos importante é a sua forma, conteúdo e aplicação. Aqui, sim, necessariamente, terá que existir clareza de conceitos e objectividade nos critérios.

Esta proposta de alteração aponta como vectores base, segundo o seu preâmbulo, a experiência colhida com a execução do programa, a necessidade de inclusão não só de actividades estratégicas para o desenvolvimento económico e social, como também operar algumas reformas, incluindo medidas de discriminação positiva, visando o reforço da coesão territorial. É caso para se perguntar, em que ilhas, que medidas, que modelação, sob que critérios?

Esta proposta de alteração apenas e só alarga o leque de abrangência de algumas actividades económicas e inclui no seu objecto um conceito de coesão territorial abstracto que não é concretizado, continuando assim este diploma a padecer de imensas lacunas.

É um diploma que, uma vez revisto, deveria ser muito mais ambicioso e ter a coragem de apontar as verdadeiras prioridades a nível dos sectores estratégicos para o desenvolvimento regional, bem como as respectivas modelações.

Neste sentido, as preocupações expressadas no debate, no ano 2000, aquando da criação deste diploma, pelo Grupo Parlamentar do PSD, continuam bastante actuais e não é esta revisão que vem contribuir para uma visão objectiva do que é que se pretende no âmbito dos apoios às actividades económicas e como o próprio preâmbulo ressalva, e passo a ler, “abranger um conjunto de intervenções com carácter inovador, quer nas actividades que abrange, quer nos instrumentos que utiliza, privilegiando os sectores considerados estratégicos para o desenvolvimento regional”.

Nada é claro, nada é concretizado, remetendo tudo para os decretos regulamentares.

O voto de confiança que o Grupo Parlamentar do PSD deu no passado, no sentido de que os regulamentos pudessem ir de encontro ao espírito subjacente a qualquer sistema de incentivos, um sistema que servisse os empresários, um sistema que dinamizasse o tecido económico regional, empunha que o diploma apresentasse melhoramentos substanciais devido à experiência que tiveram nestes últimos 4 anos. Por esse motivo, o Grupo Parlamentar do PSD vai abster-se, pois não podemos voltar a atribuir um cheque em branco ao Governo Regional para regulamentar da forma que bem entender, com critérios pouco claros e criação de falsas expectativas aos empresários.

Um diploma tão importante como este é determinante para o modelo de desenvolvimento da Região, por isso esse cheque em branco não o terá!

Como é possível compreender – uma outra questão também subjacente a este diploma – que um critério tão importante e que tem sido tão falado e anunciado como o Fundo de Coesão, não apresente nesta proposta de alteração um único eco?

Apresenta duas palavrinhas: coesão territorial. Nada mais!

Continuamos sem perceber o que é verdadeiramente importante (os conceitos, as prioridades, os critérios de modelação), enquanto que, por outro lado, desde a sua criação define com bastante clareza as despesas elegíveis e as despesas não

elegíveis, o que poderá levar a pensar se alguma vez existiram essas prioridades e se existem neste momento.

É sem dúvida alguma a governamentalização de uma questão que devia ser legislativa, desvirtuando as responsabilidades da Assembleia, como órgão fiscalizador, com a aprovação de um diploma genérico, vazio de conteúdo, que remete tudo para regulamento.

Os senhores querem isso?!

Obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos para almoço e regressamos às 14 horas.

*Eram 13 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 14 horas e 10 minutos.*

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta interrupção de uma hora que fizemos, penso que talvez seja oportuno reiterar um pouco aquilo que a minha colega Carla Bretão referiu antes desta interrupção.

Efectivamente pensamos que o cheque em branco que por parte desta bancada foi dado em 2000, quanto a nós, não teve a utilização mais razoável. Daí que julguemos que a confiança que depositámos nessa altura, em nosso entender, não terá sido bem aproveitada, nem tão pouco terá sido bem aproveitada a experiência que poderia ter sido recolhida ao longo destes 4 anos e que seguramente se constituiria como uma possibilidade de melhorar aquilo que na altura foi feito. Depois de uma experiência

de 4 anos, certamente que há inúmeras situações que poderiam ter sido repensadas e substancialmente melhoradas.

Desta forma entendemos que não deve subsistir esta mesma confiança que foi dada há 5 anos atrás ao diploma original sob pena de, dessa forma, estarmos a contribuir um pouco para a desvalorização do papel desta Assembleia.

Dar um novo acordo a este mar de puras generalidades, que é este Decreto Legislativo Regional, sem rumo e sem alma, porque no fundo o que verdadeiramente interessa está em “n” decretos regulamentares regionais, não só não nos satisfaz, como também julgamos que não é isso que quem nos elegeu a todos nós pretende da nossa parte.

Nesse sentido pensamos que provavelmente o Governo Regional vai continuar satisfeito, vai continuar a poder trabalhar a seu belo prazer, sem a necessidade de dar as necessárias contas (diria eu, sem a necessidade de dar essas contas a ninguém), mantendo o autismo de que tanto gosta e impõe a essa bancada.

No fundo, aquilo que gostaria de dizer é que se o PS está disposto a fazer esse “papel de embrulho”, se se conforma com situações deste tipo, se isto vos conforta, se isto vos é suficiente, não é dessa forma que nós entendemos a nossa actuação a nível desta casa.

Para nós, o papel desta Assembleia deve ser muito mais consistente; o papel desta Assembleia deve ser substancialmente mais sério.

Por esse motivo e porque pretendemos justamente essa seriedade, porque pretendemos imprimi-la é que vamos votar este diploma da forma como foi apresentado pela minha colega.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

**Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O SIDER tem sido um dos instrumentos mais eficazes para se atingir os objectivos da política económica a nível regional.

Tal tem acontecido com o apoio ao investimento em sectores considerados para o desenvolvimento estratégico da Região.

Na sequência da experiência colhida com a execução do SIDER, o Governo Regional vem agora alargar o seu âmbito de aplicação de modo a incluir um conjunto de actividades já aqui mencionadas pelo Sr. Secretário Regional da Economia, que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento económico e social da Região, nomeadamente as áreas da animação turística, turismo de saúde e prestação de serviços à infância e aos idosos, para além de prever medidas de discriminação positiva que visam o reforço da coesão territorial.

Atendendo à pertinência de dinamizar o investimento privado nessas novas áreas de apoio e à importância da introdução de medidas para reforçar a coesão territorial, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta de alteração por considerar que a mesma vem de encontro aos objectivos estabelecidos no Programa do IX Governo Regional dos Açores.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(\*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu diria que a Proposta de Decreto Legislativo Regional, que estamos agora discutindo, é uma proposta que promete uma ambição que o articulado não concretiza, porque esta proposta não exhibe, não espelha, não traduz nada de concreto e palpável quanto às opções do Governo Regional em matéria de incentivos ao desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Esta é a questão central nesta discussão.

V. Exa., enquanto Secretário Regional da Economia, tem não só a obrigação, mas o dever de explicar a esta câmara quais são as opções do Governo Regional dos Açores em matéria de incentivos ao desenvolvimento regional e, sobretudo, Sr. Secretário Regional da Economia, tem V. Exa. essa obrigação porquanto o Governo Regional fez questão, talvez num excesso de zelo, de inscrevê-la no preâmbulo desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

E para que não restem dúvidas, eu vou ler o que o Governo Regional escreveu no preâmbulo (não vou ler tudo para não maçar a câmara):

“Torna-se desejável incluir diversas actividades estratégicas para o desenvolvimento económico-social e incluir medidas de discriminação positiva visando o reforço da coesão territorial.”

Quando eu digo que o Governo promete muito, ambiciona muito e concretiza pouco, nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional eu não vejo nenhuma medida de discriminação positiva visando o reforço da coesão territorial.

A pergunta que se coloca ao Governo Regional e que V. Exa. deve responder nesta câmara e no âmbito desta discussão é esta: onde estão essas medidas? Se não estão neste diploma por que é que não estão?

Do que é que o Governo Regional tem medo quando esconde à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as medidas de discriminação positiva que pretende alcançar com este diploma?

O Governo sonega a esta câmara as medidas de discriminação positiva, porque se vai refugiar na confiança e no silêncio do Decreto Regulamentar Regional que ele próprio pode exarar. Isto é, o Governo Regional não quer fazer nesta câmara o debate essencial sobre os sistemas de incentivos para os Açores. Quer trazer aqui um Decreto Legislativo Regional que eu diria de linha branca, susceptível até de recolher um apoio abrangente nesta câmara, elencando apenas novas áreas que são até consensuais, mas não traz uma única concretização das opções estratégicas de desenvolvimento para os Açores, não traz uma única opção de orientação da política de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores.

A pergunta, Sr. Secretário Regional da Economia é esta: por que é que o Governo opta por esta atitude? Por que é que o Governo não opta por fazer nesta câmara um debate, sim, com os Deputados sobre as suas opções? De que é que o Governo Regional tem medo?

Não tem razões para ter medo. Tem uma maioria confortável nesta câmara que certamente seguirá as opções do Governo nesta matéria.

Agora, é estranho, não é razoável, não é politicamente recomendável e sobretudo não é transparente que o Governo não comece o debate sobre esta alteração a um

Decreto Legislativo Regional fazendo precisamente uma afirmação sobre as suas opções nesta câmara e mais do que isso traduzindo essa opção numa Proposta de Decreto Legislativo Regional, sobretudo quando, no mesmo preâmbulo, o Governo Regional, que subscreve esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, diz que recolhe os ensinamentos da experiência.

A pergunta é esta: onde é que estão traduzidos os ensinamentos da experiência, a não ser no alargamento a novas áreas? E o resto, Sr. Secretário Regional?

Renovo a pergunta: onde está o resto? De que tem medo o Governo Regional?

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria de uma forma muito simples responder simultaneamente ao Sr. Deputado António Marinho e ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

O êxito deste Decreto Legislativo Regional está à vista de todos.

No II Quadro Comunitário de Apoio, os diversos sistemas de incentivos conseguiram abranger 79 milhões de euros de investimento. Já estamos acima de 500 milhões neste sistema de incentivos. Simples como a água!

Os factos são factos! Os números estão aí à vista de todos.

Este sistema de incentivos foi feito ao seu tempo, negociado ao seu tempo, com diversas forças sociais, com as câmaras de comércio, com as associações empresariais. Foi discutido neste plenário e foi desenvolvido com esta filosofia.

Os sistemas de incentivos devem ter estabilidade e previsibilidade.

Também, ao anunciar este sistema de incentivos, disse que este sistema de incentivos que nós vamos agora reformular, tem o seu tempo de vida curto, ou seja, no final de 2006 certamente iremos discutir neste plenário um novo sistema de incentivos para vigorar a partir de 2007.

Nós estamos aqui a falar de uma pequena reforma que vai vigorar durante um ano e meio.

No fundo, pretende-se abrir novas áreas que estejam disponíveis para o investimento privado.

No que diz respeito à coesão, nós também tínhamos os nossos sistemas de incentivos, através dos Decretos Regulamentares, porque são eles que especificam o que é que se pretende, em cada caso concreto, apoiar mais intensamente (não faz sentido que num decreto legislativo regional se esteja a definir a percentagem, se é 40%, se é 45% a fundo perdido, se é uma parte do empréstimo reembolsável) caso a caso, ilha a ilha e o Decreto Regulamentar é que justifica isso.

Um decreto legislativo é um decreto “mãe”. Não deve ser alterado todas as semanas ou todos os meses.

É ao decreto regulamentar que compete discutir os pequenos detalhes que são importantes.

Nós, nos sistemas de incentivos, nos decretos regulamentares temos medidas para apoiar conceitos que estão mais desprotegidos, mais longe dos centros urbanos.

Não é por acaso, por exemplo, que ilhas de pequena dimensão tenham tido um conjunto muito vasto de incentivos. Por exemplo, Santa Maria, é uma ilha com uma população de cerca de 5 mil habitantes e tem tido, no âmbito do SIDEL, um conjunto vasto de incentivos aprovados. Porquê? Porque há uma discriminação positiva já existente no Decreto Regulamentar que apoia Santa Maria e que foi alterado. Estava adstrito à Comissão Local. As comissões locais não funcionavam bem e nós tivemos que regulamentar aquilo que é da Comissão Local e que poderá eventualmente ser alterado com a experiência do dia-a-dia.

Não compete, no decreto legislativo regional, estar a definir percentagens, intensidades de apoio para uma determinada ilha, para um determinado concelho.

O espírito geral é este: nós queremos abrir novas áreas, queremos manter a filosofia que temos e vamos procurar nos decretos regulamentares respectivos dar maior intensidade de incentivos às ilhas porventura que necessitem mais.

É isso que vamos fazer e estamos prontos a corrigir se o mercado não reagir de acordo com aquilo que são as nossas expectativas.

Devo repetir aquilo que disse: os sistemas de incentivos que nós aprovámos em 2000 tiveram uma excelente *performance*. Nós sextuplicámos o investimento privado

através de uma medida inteligente de apoio a projectos que fossem prioritariamente aprovados em regimes nacionais e apoiados selectivamente a nível regional.

Vamos continuar com essa filosofia, vamos introduzir novas áreas porque achamos que está na altura de serem introduzidas, vamos aperfeiçoar nos decretos regulamentares algumas intensidades para ilhas mais pequenas, mas vamos fazê-lo ouvindo sempre as forças vivas, as associações empresariais e as câmaras de comércio.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Em que termos? Em que condições? Para que ilhas?

**O Orador:** Os resultados estão à vista. O sucesso também está à vista.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai ser muito rápida, não tão rápida como foi a da parte da manhã, mas o Sr. Secretário Regional já nos habituou que em contraposição àquilo que dizemos, responde sempre com quantidade, isto é, é sempre e normalmente a mesma frase: “os resultados estão à vista”.

Tudo depende dos óculos, Sr. Secretário!

Não é tanto a quantidade que nos interessa (pode-nos interessar também a quantidade) mas acima de tudo a qualidade do investimento que se faz nesta Região.

Termos inúmeros projectos aprovados nesta ou naquela ilha, pode ter sido uma boa opção, como pode ser uma opção erradíssima.

O que nós desconhecemos e aquilo que gostaríamos de conhecer é a verdadeira estratégia de investimento deste Governo Regional, porque não a conhecemos, Sr. Secretário, através do Decreto Legislativo.

Os pequenos pormenores que o Sr. Secretário fala, umas percentagens que vêm lá para os decretos regulamentares, umas meias tintas que vêm lá, essas são as questões verdadeiramente importante da política de incentivos.

Ter um decreto legislativo que apoia o sector x, y ou z e agora acresce mais um ou dois sectores, dá-nos muito pouca informação sobre a política de apoio ao investimento privado na Região.

É para essas questões que desconhecemos, e aliás já tivemos oportunidade de referir nas três intervenções que fizemos até agora, que o Governo Regional pretende que nós, desta bancada, como os senhores que estão aí nessa bancada, venhamos a dar um novo cheque em branco. Não é isso que nos interessa.

Queremos conhecer verdadeiramente qual é essa estratégia de apoio ao investimento privado e essa, tal como referiu o meu colega Pedro Gomes e a minha colega Carla Bretão, os senhores, não diria que têm receio, mas têm perfeitamente claro nas vossas cabeças que não é esse aspecto que querem dar a discutir a esta Assembleia Regional, preferindo manter-se fechados nos vossos gabinetes e decidindo a vosso belo prazer aquilo que pretendem fazer para o futuro. Mas é aqui na Assembleia que estas questões deveriam ser discutidas.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção destina-se a complementar as intervenções que me precederam e basicamente a solicitar ao Sr. Secretário Regional da Economia que, por uma vez, não faça derivações e se concentre na questão essencial.

Eu gostaria de dizer uma coisa muito simples:

Para atingir o objectivo que V. Exas. pretendem com esta proposta do SIDER bastava um artigo. Um artigo a dizer o seguinte: “pelo presente diploma institui-se o SIDER, em termos e condições a regulamentar por Decreto Regulamentar Regional”.

É exactamente isto que se pretende. Ou seja, a alegação que o Sr. Secretário Regional acabou de fazer há pouco para justificar a remissão sistemática para Decreto Regulamentar Regional não colhe juridicamente, nem colhe politicamente e eu vou já explicar porquê.

Além disso, entra em flagrante contradição com a estratégia, a lógica e a técnica jurídica que o próprio Governo Regional ainda ontem utilizou a propósito de um outro diploma designadamente no âmbito do financiamento do desporto.

**Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Na verdade, esta proposta do SIDER, se autorizações legislativas da Assembleia Legislativa para o Governo Regional houvesse, significaria basicamente um pedido de autorização legislativa vazio, sem conteúdo e sem indicar o sentido das alterações.

**Deputado António Marinho (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** É verdadeiramente, insisto, um cheque em branco. Ora, por princípio ninguém deve assinar cheques em branco, muito menos quando não temos a certeza da fiabilidade dos beneficiários desse cheque.

Sr. Secretário Regional da Economia, este debate levanta ainda uma questão particularmente pertinente. É que esta proposta de alteração ao SIDER, surge ainda na sequência de anúncios relativamente claros sobre o sentido das alterações a introduzir à política de incentivos que, como V. Exa. bem sabe, são muito polémicas, são matérias complexas e naturalmente importantes.

Remeter essas questões para Decreto Regulamentar Regional é mais uma vez lateralizar e não ir a jogo, em termos de democracia parlamentar.

Insisto: não faz sentido nenhum, designadamente em matéria de turismo, como ainda há pouco discutimos nesta Assembleia, avançar com a apologia da hotelaria de 5 estrelas, introduzir o princípio travão na hotelaria de 3 e 4 estrelas por referência a agrupamentos de ilhas mais do que discutíveis, sem uma fundamentação clara e consistente e sem vir a esta câmara explicar precisamente isto e o porquê dessas opções.

O problema desta proposta de alteração do SIDER não tem a ver, ao contrário do que o Sr. Secretário Regional disse, com o êxito ou inêxito prático dos subsistemas que lhe estão subjacentes.

O problema da proposta e deste sistema é que ele não revela opções estratégicas para a política de incentivos. Não revela rigorosamente nada, permita-me que lhe diga Sr.

Secretário Regional. Não revela sequer a natureza dos incentivos, até isso remetendo para decreto regulamentar regional.

Não contém limites mínimos, nem máximos, em termos de incentivos. Não revela sequer as garantias a prestar, porque também nesse domínio remete para decreto regulamentar regional. Curiosamente, aliás, remete ainda a seguir para os contratos de concessão dos incentivos – é a técnica da dupla remissão.

Não revela sequer tipologias prioritárias de investimento.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Ora, se um sistema de incentivos é (e é!) um instrumento privilegiado da acção política então, no mínimo, ele tem que revelar o que é que o Governo pretende, onde pretende intervir, como pretende orientar o investimento, como pretende modelar a oferta nos vários sectores considerados, seja o turístico ou outro.

Especificamente no campo da actividade turística, e porque essa questão foi particularmente polémica, eu próprio fiz uma intervenção nesta Assembleia em que teci algumas críticas sobre as novas opções de fomento do investimento privado, mas apresentei também propostas alternativas e com toda a franqueza, Sr. Secretário Regional, não fui contraditado na altura, mas também não obtive explicações.

Fico com a esperança de que V. Exa. possa aproveitar esta oportunidade para, no mínimo, levantar o véu sobre as opções estratégicas que estão subjacentes, não à proposta, porque esta proposta não contempla opções nenhuma, mas às intenções do Governo Regional reveladas através de declarações públicas de V. Exa. e do Sr. Presidente do Governo Regional.

Muito obrigado.

**Deputados António Marinho e Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos ser claros neste processo.

Existe um Decreto Legislativo Regional designado por SIDER que foi aprovado nesta Assembleia quando o Governo Regional estava apoiado pelo Partido Socialista e que nessa altura era minoritário.

Em face desse Decreto Legislativo Regional que foi aprovado por esta Assembleia, por todos os partidos, nós elaborámos três Decretos Regulamentares que eram consequência deste Decreto Legislativo Regional. Alterámos esses decretos regulamentares várias vezes de acordo com aquilo que fomos dialogando com as associações empresariais.

O sucesso está à vista pelos números e pelos factos.

A qualidade também está à vista de todos, tanto na área do turismo, como nas iniciativas do comércio e da construção civil.

Nós qualificámos a qualidade, demos prémios para a qualidade. Demos prémios para a promoção do emprego qualificado, demos prémios para as unidades 4 e 5 estrelas, para o turismo em espaço rural e para diversas coisas que nós consideramos essenciais e que foram discutidas pelos diversos empresários e pelas diversas associações empresariais.

No âmbito do Decreto Legislativo Regional nós continuamos a alterar os diversos decretos regulamentares com o tempo, dando sempre estabilidade ao sistema de incentivos.

O que nós estamos aqui a fazer é muito simples. São duas pequenas alterações...

**Deputado António Marinho (PSD):** Coisa mais simples não existe!

**O Orador:** Não existe, Sr. Deputado, mas isto foi aprovado democraticamente, numa Assembleia que nós nem tínhamos maioria.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Secretário, isso foi há 5 anos!

**O Orador:** Sr. Deputado, estou a dizer-lhe e vou repetir mais uma vez:

Um dos critérios mais importantes dos sistemas de incentivos é a estabilidade.

Nós temos uma determinada filosofia que vai ser cumprida até 31 de Dezembro de 2006.

Não faz sentido neste momento pegar no Decreto Legislativo Regional e fazer dele um decreto regulamentar, com todos os pormenores que os senhores acham. Isso é a vossa opinião, mas nós achamos que não.

Nós temos um determinado diploma que vamos fazer pequenas alterações, não vamos mudar a sua filosofia, vamos nos decretos regulamentares alterar significativamente, para determinadas ilhas, alguma intensidade dos apoios, mas

anunciámos, dialogámos com as Câmaras de Comércio, com as associações empresariais, com quem achamos que no Decreto Legislativo Regional actual devemos fazê-lo, porque tínhamos prometido fazer isso.

Nós achamos que estamos a actuar de uma forma coerente.

Quando chegar ao final de 2006 vamos apresentar a esta Assembleia novos sistemas de incentivos e os senhores vão ter toda a possibilidade de os discutir, saber se querem um decreto legislativo regional que vai até ao pormenor e até ao detalhe ou não.

Nós achamos que não deve ser. Na altura achámos que não devia ser e esta Assembleia achou que não devia ser.

Nós estamos no final do Quadro Comunitário de Apoio. Falta-nos um ano e meio para terminar.

Não é neste momento, não é nesta altura que vamos alterar um conjunto de pressupostos que foram aprovados nesta Assembleia por todos os partidos.

Nós estamos na parte final. Falta-nos um ano e meio.

Devíamos estar mais preocupados com o IV Quadro Comunitário de Apoio, com aquilo que vai ocorrer a nível nacional com os novos sistemas de incentivos e saber como é que a Região Autónoma dos Açores se insere nos novos sistemas de incentivos a nível nacional e como é que aproveita o mais possível os recursos financeiros que vão ser colocados à disposição da Região, tal como fizemos no III Quadro Comunitário de Apoio.

Agora, o que nós estamos aqui a falar é apenas de alterar duas ou três áreas que nós achamos relevantes (a animação turística e a saúde) serem aprovadas antes do fim deste Quadro Comunitário de Apoio. Tão simples como isso.

De resto, a política do Governo Regional foi definida antes das eleições, foi dito exactamente o que nós considerávamos que eram as ilhas que nós queríamos dar maior intensidade e dissemos que não tínhamos ideias feitas sobre esse assunto.

Se determinada ilha, determinada região ou até mesmo determinado concelho não tiver reagido dentro daquilo que nós pensamos que devem reagir os empresários daquele local, nós estamos prontos a modificar e a alterar o que deve ser alterado de acordo com o decorrer dos acontecimentos, mas a filosofia geral é esta.

Há um sistema de incentivos com as CAES, exactamente quais são as CAES que nós queremos na área do turismo, do comércio, da construção civil e nós não estamos a inventar a pólvora.

Nós fizemos isso tendo em atenção aquilo que existia a nível nacional e a nível da Madeira no Programa Operacional de Economia

Nós não estamos sozinhos neste processo. Trabalhamos em conjunto a nível nacional e tivemos em atenção aquilo que está sendo registado a nível nacional. Fizemos de acordo com os outros.

Não vamos fazer aquilo que os outros não fizeram.

**Deputado António Marinho (PSD):** E porque não?!

**O Orador:** Tomámos uma determinada filosofia e fizemos de acordo com os outros, que também alteram pontualmente isto ou aquilo.

É o Governo que o faz. Porquê? Porque está sempre a par do que está a ocorrer em cada momento.

Há muitos incentivos na área do comércio? Pois temos que baixar um pouco mais o incentivo.

Há muita necessidade de crescer na área do turismo em espaço rural? Devemos dar mais apoio.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Onde vai investir? Nem isso diz!

**O Orador:** Isso não pode ser feito num Decreto Legislativo Regional que deve ter longevidade. Deve ser alterado uma ou duas vezes durante 7 anos, que é o Quadro Comunitário de Apoio como ficou estabelecido.

**Deputado António Marinho (PSD):** E a opinião das outras 52 pessoas que aqui estão não conta, é perfeitamente irrelevante!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante a discussão de um diploma e julgo que praticamente tudo está dito da parte da bancada do Governo. Só não está dito o repto que foi feito pelo Deputado António Marinho ou pela Deputada Carla Bretão sobre o que é que pensa

ou não, além do que disse a Deputada Ana Isabel, acerca da posição da bancada do Partido Socialista.

A bancada do Partido Socialista não passa, com este diploma, nenhum cheque em branco ao Governo. A bancada do Partido Socialista apoia a política do Governo a nível dos incentivos.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** *Muito bem!*

**Deputado António Marinho (PSD):** E beneficia do cheque!

**O Orador:** Só estranha que o PSD de hoje não continue a passar o cheque que esta bancada passou no passado.

Por a política de incentivos deste Governo ser boa, é que o PSD hoje põe-se numa posição de “nin”, porque se a política do PS fosse má para os incentivos, os senhores hoje votariam aqui contra e apresentavam as propostas de alteração que entendiam para os sistemas de incentivos.

Daí não veio nenhuma proposta.

**Deputado António Marinho (PSD):** Ponham aqui os regulamentos!

**O Orador:** O que há nesta proposta hoje apresentada é uma lei de bases para o sistema de incentivos e essa lei de bases diz quais são as grandes áreas para o sistema de incentivos dos Açores.

Quando o senhor deputado diz que não se diz quais são as áreas, está bem definido o tipo de CAES que é apoiado.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** E dentro de cada sector o que é que ponho?!

**O Orador:** Se quiser intervir faça o favor de se inscrever.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Os apartes são regimentais!

**O Orador:** Mas acho que os apartes já estão a ser demais para a resistência de quem está a falar.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Deixe essa avaliação para o Sr. Presidente da Assembleia!

**O Orador:** O diploma que nós estamos a alterar espelha perfeitamente quais são as áreas a apoiar nesta Região.

Hoje, com este diploma, queremos alargar a outras áreas.

Hoje, com este diploma, queremos alargar a coesão a todas as ilhas e é a reflexão do desenvolvimento dos Açores, que queremos de uma forma harmoniosa e integral, que leva a que hoje o PS e esta bancada aprovem a proposta aqui a apresentar.

É a política do sucesso dos incentivos que é posta em causa pelo PSD.

Se hoje não está de acordo vote contra o desafio que faço aqui.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(\*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Economia dizia, em jeito quase de desafio, que a bancada do PSD não estava à espera que o Governo encontrasse a “pólvora” ou achasse de novo a “pólvora”. Eu acho que o problema não é esse Sr. Secretário. O problema é que o Governo está a esconder a “pólvora” deste Parlamento.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** É uma questão de segurança!

**O Orador:** E vou-lhe dizer porquê, Sr. Secretário.

A intervenção do Sr. Secretário Regional, aliás, do Governo nesta matéria, tornou-me num leitor atento de preâmbulos e vou ler mais um:

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Preambulador!

**O Orador:** Preambulador é o Governo. O Sr. Deputado Francisco Coelho está a confundir os locais e os autores.

Fundo de Coesão Territorial:

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Mas isso não está em causa!

**O Orador:** Foi escrito pelo Governo a que V. Exa. pertence:

“O novo fundo integra assim um conjunto de instrumentos de intervenção pública vocacionados para a promoção da coesão territorial a par de outros em preparação noutros âmbitos normativos, tais como a regulamentação do regime de parcerias público-privadas, a reorientação dos benefícios fiscais ou a majoração dos incentivos às actividades económicas em determinados sectores e em ilhas como o Corvo,

Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria”. Está escrito no preâmbulo da proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Fundo de Coesão.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Mas não é essa que estamos a discutir!

**O Orador:** A pergunta que faço ao Sr. Secretário Regional e que V. Exa. não respondeu ainda, é: no âmbito do SIDER, de que natureza vão ser as medidas de discriminação positiva que visam o reforço da coesão territorial nestas ilhas que estão aqui identificadas?

**Deputado Nuno Amaral** (*PS*): Leia o preâmbulo!

**O Orador:** Sr. Deputado Nuno Amaral, gostaria de ouvir V. Exa. a fazer uma intervenção e não apartes. Eu sei que gosta muito de apartes, mas faça uma intervenção para a câmara ter o prazer de ouvir V. Exa.

**Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Os apartes são regimentais, Sr. Deputado!

**Deputado Nuno Amaral** (*PS*): É que o senhor não é enfermeiro, mas dá-nos cada injeção!!!

*(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sr. Secretário Regional da Economia:

V. Exa., em nome do Governo Regional, tem a obrigação de elucidar esta câmara sobre esta matéria. São ou não são estas ilhas que constam e que estão identificadas no preâmbulo do Fundo de Coesão, as mesmas ilhas que vão ser alvo de medidas de discriminação positiva e de majoração dos incentivos no âmbito do SIDER?

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): *Muito bem!*

**O Orador:** O Sr. Secretário tem que responder.

Se são estas ilhas, em que medida é que essa discriminação positiva e essa majoração vão ser feitas?

Aumentado os benefícios e as majorações já feitas ou, pelo contrário, fazendo um truque contabilístico diminuindo nas ilhas que estão fora da regra da majoração?

O Sr. Secretário tem que responder a estas perguntas nesta câmara.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): E terei todo o gosto em responder!

**O Orador:** Ainda bem! Eu espero que tenho o gosto e que dê a resposta. Não fique só pelo gosto, dê também a resposta.

**Deputado António Marinho** (*PSD*): E a resposta vai começar assim: “os números estão à vista!”

**O Orador:** Gostaríamos de saber e gostaria a bancada do Partido Social Democrata de saber, Sr. Secretário Regional, concretamente, quais são as medidas de reforço de coesão territorial.

V. Exa. já falou por três vezes e ainda não me disse uma única medida.

Não pode querer que esta câmara aprove uma alteração a um regime de incentivos ao desenvolvimento regional, sem ao menos a câmara saber para onde é que vai o Governo. Vai para um lado ou vai para o outro? Para que lado vai o Governo?

V. Exa. já falou por três vezes e não foi capaz de dizer para onde vai o Governo. Refugiou-se numa circunstância que me permite fazer-lhe uma outra pergunta, Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Mais uma!

**O Orador:** Mais uma e espero que tenha resposta.

O Sr. Secretário Regional diz que não faz sentido fazer uma alteração profunda a este regime, porque vamos ter um novo Quadro Comunitário de Apoio.

A pergunta que lhe faço é: em que medida é que estas alterações vão de encontro àquilo que já se conhece do novo Quadro Comunitário de Apoio?

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Não se conhece tudo!

**O Orador:** Sr. Secretário, ouça o que eu digo: em que medida é que estas alterações vão de encontro àquilo que já se conhece do novo Quadro Comunitário de Apoio? A pergunta é esta e tem que ter uma resposta.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): São várias!

**O Orador:** São várias e o Sr. Secretário Regional devia ter tomado nota para poder responder a todas. Fico a aguardar a resposta, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário e o Sr. Deputado José Rego, constantemente, apoiam-se nos números que são apresentados, numa lógica de taxas de execução. Não se preocupam com as prioridades que têm que ser definidas para o nosso desenvolvimento. É tudo abrangido, todas as actividades são abrangidas, não há prioridades, não são apontados vectores de desenvolvimento...

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não são?! Eles estão aí!

**A Oradora:** Onde é que estão?

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** São as CAES!

**A Oradora:** As CAES? Pois, realmente nós temos aqui um número de CAES enorme. Até algumas não fazem parte, não sei bem porquê. Põem umas, não põem outras, mas essa é outra questão.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** É diferenciação!

**A Oradora:** Diferenciação?! Acho que não é por aí!

Relativamente aos números e aos critérios pouco claros que são definidos em decreto regulamentar, o senhor faz o que quer, mete todas as actividades no mesmo saco, apresenta critérios de selecção que não se adequam às especificidades de cada actividade, hierarquiza actividades que não têm nada a ver umas com as outras, e por aí fora, esses números aparecem e apoiam-se muito no sucesso dos sistemas de incentivos.

Dou-lhe um caso concreto. Aparecem porquê? Porque há regras que são definidas em decreto regulamentar, os promotores seguem aquelas regras que por vezes são muito dúbias, mas vão numa determinada linha, encaminham-se e apresentam um determinado projecto com uma determinada lógica e depois recebem uma cartinha a dizer: “informamos que, face ao número e qualidade das candidaturas apresentadas na presente face e ao limite orçamental que foi definido, o montante máximo de incentivo que será possível atribuir ao projecto apresentado por V. Exa. é ”x” equivalente ao investimento “y”, por isso pretendemos que reformule o seu projecto para que todas sejam apoiadas ”.

Isto é alguma coisa?!

Pelo amor de Deus!

**Deputado António Marinho (PSD):** É a lógica da banda filarmónica!

**A Oradora:** Este é o sucesso do sistema de incentivos?!

Pelo amor de Deus!

Se há uma hierarquização e uma pontuação, embora esteja feita de forma errada, a meu ver, não é assim que as coisas funcionam. Isto é gorar as expectativas dos empresários.

**Deputado Jorge Macedo e António Marinho (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou voltar a explicar aquilo que disse. Vou repetir-me como penso que os Deputados da bancada do Partido Social Democrata estão-se a repetir.

Meus amigos, existem decretos regulamentares que especificam as taxas e as intensidades dos diversos sistemas de incentivos para as diferentes áreas. Foi assim que foi definido no decreto legislativo regional.

Eu estou democraticamente a seguir aquilo que foi aprovado nesta Assembleia Legislativa Regional. Estou cumprindo a lei. Ponto parágrafo final sobre esse assunto.

Em relação aos decretos regulamentares todos eles foram discutidos com as associações empresariais. Todos eles são públicos.

Agora vão surgir duas formulações do SIDEL e do SIDET. Já, o Sr. Deputado Pedro Gomes vai ver o que é que nos considerámos pôr no apoio à coesão.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Eu leio o Jornal Oficial. Quando sair vou ver!

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Mas por que é que não diz aqui, já?

**O Orador:** Sra. Deputada, eu posso ler um decreto que tem várias páginas, com os incentivos acima, taxa de ocupação a baixo. Eu posso já explicar.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Temos todo o tempo do mundo!

**O Orador:** Eu também.

Todos nós temos o tempo do mundo. Eu tenho todo o tempo do mundo e tenho todo o gosto em lhe explicar no caso do SIDEL, do SIDET, na majoração que está para as

ilhas das Flores, Corvo, Graciosa, São Jorge, de 50% de intensidade a mais do que nas outras ilhas.

No caso do SIDEL estamos a definir não haver fases para essas ilhas.

Portanto, há um conjunto muito vasto de regulamentação que está lá definida.

Daqui a uma semana os senhores podem verificar aquilo que foi publicado, discutido com as associações empresariais. Dialogámos com elas, chegámos a consenso e aprovámos dentro da legislação que existe neste momento aprovada. Nós estamos a seguir as regras aprovadas por esta Assembleia Legislativa Regional.

O que nós estamos a fazer neste momento é colocar dentro do Decreto Legislativo Regional duas áreas importantes, uma na área da animação turística e outra na área da saúde. Basicamente é isto e estamos a alterar também o sentido de projectos estratégicos que não tenham um limite de 5 milhões de euros para que passem a ter um limite flexível, dependente de cada caso. Se for para os lares de idosos terá um determinado limite, se for para as creches e infantários terá outro limite, se for para os campos de golfe terá outro limite, se for para os hotéis com aproveitamento de recursos geotérmicos terá também um limite. Portanto, depende caso a caso.

Não faz sentido esta Assembleia Legislativa Regional deixar de se pronunciar sobre taxas, intensidades, modelações. Isto não é feito nem na Madeira, nem no Continente.

O SIDEL é uma cópia específica, com a devida atenção, com o diálogo que fizemos com as câmaras de comércio, com as associações empresariais, daquilo que foi feito a nível nacional e que na Madeira tem outro nome.

**Deputado António Marinho (PSD):** E entende que aqui nós não devemos ter conhecimento!

**O Orador:** Não, Sr. Deputado. Nós achamos que esta Assembleia Legislativa Regional deve-se pronunciar sobre um diploma mais genérico que permita estabelecer as bases do que é mais específico, que vai ser regulamentado por decreto regulamentar.

Isto foi aprovado assim por todos. Os senhores não concordam, paciência!

Dentro um ano e meio vamos ter novos sistemas de incentivos provavelmente com nova filosofia e os senhores vão pronunciar-se outra vez.

Nós aprovámos isso quando não tínhamos maioria nesta Assembleia. Todos conseguiram chegar ao consenso que era assim que se devia fazer.

Eu estou a seguir esta filosofia, estou a cumprir a legislação em vigor.

Penso que antes de um ano e meio, antes de acabar este sistema de incentivos, não se deve alterar esta filosofia. Não devo fazer de um decreto legislativo regional um decreto legislativo que tenha também todos os regulamentos necessários para se perceber ao pormenor e ao detalhe o que é que um empresário deve concorrer, como deve concorrer e qual o incentivo que vai ter. É isso que está aqui em causa. Eu já vos expliquei e vou voltar a explicar.

As medidas da coesão estão inseridas nos decretos regulamentares porque aí é que se vai modelar a intensidade do incentivo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu até sei por que é que o senhor não nos quer dizer quais são as taxas de incentivo que estão...

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não se acomode.

**A Oradora:** Não sabe? Ah! São tão fáceis!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Então por que é que pergunta?!

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Diga lá!

**A Oradora:** Eu queria que o Sr. Secretário dissesse aqui quais eram as taxas de incentivo, porque o senhor...

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** O SIDET, o SIDEPE e o SIDEL.

Eu por acaso até sei bastante sobre isso, mas não sei tudo de cor!

**Deputado António Marinho (PSD):** Sabe. Essa o senhor sabe!

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Eu sei algumas coisas. Não sei tudo!

**Deputado António Marinho (PSD):** Mas essa sabe de certeza!

**A Oradora:** E as do SIDEL, sabe?

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Do SIDEL sei uma parte!

**A Oradora:** E poderá me dizer quais são?

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não sei... se é jovem, se não é jovem. Depende! É levando o empresário a um gabinete de sistemas de incentivos para ele saber exactamente como é!

**A Oradora:** Sr. Secretário, o senhor não quer falar aqui das regras dos decretos regulamentares porque não lhe interessa, mas diga isso, senão, teria facultado à Comissão de Economia os Decretos Regulamentares.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** São públicos!

**A Oradora:** Mas por que é que não os facultou à Comissão de Economia?

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** A senhora faça um requerimento!

**Presidente:** Meu senhor e minha senhora, isto está muito engraçado, mas isto não é propriamente uma conversa. Temos que disciplinar isto. Senão, vamos dar uma volta e os senhores ficam a conversar.

**A Oradora:** O que acontece é que o senhor tem feito um grande alarido à volta do fundo de coesão...

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Eu?! Os senhores é que têm feito!

**A Oradora:** ... e de tudo o que ele representa.

O que acontece é que vai haver uma discriminação positiva para 5 ilhas, e uma discriminação negativa para as restantes 4 ilhas.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Ou seja, as taxas de incentivo são mantidas, tal como elas estavam e baixam para as outras ilhas.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Foi o que aconteceu no Continente!

**A Oradora:** Mas nós não temos que ser uma cópia do Continente!

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Está contra isso, é?!

**A Oradora:** Eu não estou contra. Eu estou contra o show-off que é feito à volta de algo que não é o esforço da Região. Não é feito um esforço da Região nesse sentido. Isso não aparece. Isso não é discutido aqui, mas teria que ser discutido.

Gostava de lhe fazer mais uma pergunta:

Qual é o seu entendimento e como é que vai interligar os benefícios e essa falsa discriminação positiva que tanto fala, com os projectos do URBCOM?

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Não é falsa!

**A Oradora:** Refiro-me aos dois projectos que estão aprovados neste momento para as Ilhas de Santa Maria e Graciosa e penso que deve estar também aprovado o da Madalena, na Ilha do Pico.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Já está aprovado!

**A Oradora:** O que é que acontece?

As taxas são diferentes e são menores. Não acha que vai pôr em causa essas aprovações? Não vai fazer uma ligação entre os dois sistemas de incentivos?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confundir o URBCOM não tem nada a ver com isso.

**Deputada Carla Bretão** (*PSD*): Acha que não?!

**O Orador:** Eu vou explicar:

Qualquer alteração semelhante àquela que se fez com o SIDEPE para premiar o URBCOM, como pretendia a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, faria com que os empresários durante 3 ou 4 meses não pudessem concorrer imediatamente.

Daqui a uma semana quando estiver publicado o SIDEL, todos os empresários do Corvo, das Flores, da Graciosa, de São Jorge e de Santa Maria podem concorrer imediatamente. Isso é um privilégio muito grande.

Santa Maria por já ter no Sistema de Incentivos do SIDER uma discriminação positiva, teve excelentes projectos aprovados no SIDEL.

O URBCOM levou muito tempo, porque o Governo da República da responsabilidade do PSD anunciou 3 milhões de contos e andou durante 3 anos sem saber se eram aprovados ou não. As pessoas que entregaram os projectos, viram-nos aprovados no SIDEL.

Hoje, tanto Santa Maria como a Graciosa têm dificuldades em encontrar o número mínimo de empresários para concorrer.

No caso da Madalena do Pico, eu estive anteontem com os empresários na Madalena. Eles vão concorrer porque não há diferença nenhuma. Todos vão concorrer.

As pessoas que não concorreram em Santa Maria e na Graciosa vão concorrer no SIDEL, porque na próxima semana, mal tenham 50 pontos, será aceite o projecto.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Mas isso prejudica a filosofia do URBCOM!

**O Orador:** Minha senhora, o URBCOM tem a falência à vista. Nós sabemos o que é que está no URBCOM.

O facto de ter tido 3 milhões de contos apenas para o país inteiro fez com que dos 8 projectos que nós candidatámos (Rabo de Peixe, Maia, Nordeste, Santa Cruz da Graciosa, Velas, Calheta, Madalena e Vila do Porto) apenas Vila do Porto, Madalena e Santa Cruz da Graciosa, fossem aprovados, passados 3 anos. É muito pouco.

Neste momento não vale a pena o trabalho que vamos ter de notificar a comunidade para alteração de um sistema de incentivos que teria que acumular com o URBCOM um prémio especial.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Mas o próprio já faz parte do prémio.

**O Orador:** Não é a mesma coisa, minha senhora. São coisas completamente diferentes.

Eu vou explicar-lhe porque estou por dentro disto.

Eu estive na notificação do SIME para que o SIDEPE fosse aprovado. Levou muito tempo a explicar à comunidade.

O URBCOM é uma situação pontual que nestas duas ilhas pode ter interesse, mas não há garantia que nelas haja um número de empresários suficiente para que ele seja aprovado neste momento, mesmo que haja prémio.

Portanto, não vale a pena perder aquilo que os empresários precisam, que é ter um sistema de incentivos imediatamente pronto para eles caminharem.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Não está a perder nada!

**O Orador:** É isso que a senhora não percebe.

Se na Vila do Porto, na próxima semana, houver um sistema de incentivos que as pessoas se possam socorrer, vão imediatamente socorrer-se.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Exactamente e está a ficar curto!

**O Orador:** O URBCOM neste momento tem tão poucas candidaturas. Nunca vai atingir aquilo que era preciso, que são os 50%. Talvez não atinja, mas se atingir, vamos estar cá para ver.

A questão é esta:

Quem, pela primeira vez, na Região, utilizou o sistema de prémios em relação aos sistemas de incentivos nacionais fomos nós. Foi a Secretaria Regional da Economia que lutou para que isso acontecesse.

Não o faz agora porque sabe que o esforço não compensa aquilo que vamos fazer. Vamos perder demasiado tempo, vamos fazer com que os empresários de Santa Maria e da Graciosa não possam ter acesso durante 3 ou 4 meses aos novos sistemas de incentivos que estão prontos para os receber, porque nós vamos tentar que a Comunidade Europeia nos deixe fazer, pelo menos de um sistema de incentivos nacional, um regional, que não é exactamente a mesma coisa que o SIDET. Terá que ter uma notificação diferente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Economia com a sua filosofia não convence ninguém. Por isso mesmo não nos sentimos habilitados a voltar a passar um cheque em branco para o senhor fazer o que desejar. Por isso, nada mais tenho a dizer sobre isso, porque acho que a falta de transparência e de critérios é aqui bem patente.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou insistir apenas, para sublinhar, numa nota que me parece particularmente importante.

Depois da argumentação por nós aduzida e perante o silêncio do Sr. Secretário Regional – perdoe-me que lhe diga – relativamente às questões concretas que lhe foram colocadas, que me parecem obviamente relevantes, fica-me uma enorme perplexidade. É que a própria comunicação social aqui presente deve estar angustiadíssima para noticiar amanhã o sentido das alterações constantes desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por uma razão muito simples. Porque há uma pergunta que vão fazer para a qual não têm resposta. Qual é a política de fomento do investimento privado na área do turismo? Qual é a política de fomento do investimento privado na área do comércio? Qual é a política de fomento do investimento privado na área da indústria? Não há resposta, pura e simplesmente.

Este SIDER e esta proposta que V. Exas. apresentam a esta Assembleia não dá essa resposta. Nem sequer diz qual é o universo potencial dos beneficiários do sistema. Ou seja, quando um sistema de incentivos não dá a resposta básica de dizer quais são as opções estratégicas e as prioridades de investimento do Governo Regional, então, perdoe-me que lhe diga, não é um verdadeiro sistema de incentivos.

Basicamente o que V. Exas. estão a fazer é a aprovar um sistema de incentivos por decreto regulamentar regional, apresentando esta proposta para garantir a legalidade formal do sistema no seu conjunto e mais nada. É basicamente isto que V. Exas. estão a fazer. É um verdadeiro simulacro.

Por fim, apenas por descargo de consciência, eu permitia-me insistir de novo junto do Sr. Secretário Regional e fazer mais uma “provocação positiva” para que indique, a título de exemplo (ao menos neste caso), as prioridades de investimento ao nível das tipologias turísticas da oferta turística hoteleira e tente fundamentar as opções tipológicas que V. Exa. tanto defendeu nos últimos tempos.

Parece-me a questão central das alterações que vão acontecer ao nível do SIDET, a apologia da hotelaria de 5 estrelas, o princípio travão relativamente às outras tipologias, a integração de ilhas como o Faial e o Pico no grupo constituído também pela Terceira e por São Miguel, para esse efeito, que é, do meu ponto de vista, inconsistente e carece de fundamentação.

Ao menos a este desafio, Sr. Secretário Regional, eu gostaria, sinceramente, que desta vez não se furtasse, porque até agora, e com todo o respeito, às questões

essenciais e conceptuais que foram levantadas sobre turismo nesta Casa, V. Exa. ainda não respondeu a uma única para amostra.

Começo a ficar, sinceramente, preocupado, porque de cada vez que eu, pessoalmente, emito um juízo crítico, como acontece neste caso sobre as opções estratégicas em matéria da política de incentivos em turismo, procuro fundamentar, digo porquê. Admito estar certo ou errado, Sr. Secretário Regional, mas não me limito a criticar sem expender a devida argumentação.

O problema é que do lado do Governo ou da bancada do PS ainda não vi contra-argumentação. Estou à espera e vou ficar à espera mais uma vez. Espero que não seja em vão.

Obrigado.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alberto Pereira julga que é o pensador do turismo, o teórico do turismo, é o único que sabe de turismo nesta terra, é o homem que tem a estratégia da política do turismo. O seu problema é só este.

Tem um pecado original. O seu pecado original é já ter passado pelo turismo e a gente já ter visto o que o senhor fez.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Outra vez?! Isso é resposta!

**O Orador:** Eu não sei nada de turismo. Aprendi durante muitos anos. Já estou aqui há 8 anos, já conversei com muita gente, já falei com muita gente e tenho feito um diálogo com os empresários.

Fomos nós que criámos a Associação de Turismo dos Açores. Fomos nós que dialogámos com eles.

Os sistemas de incentivos regulamentados nos decretos regulamentares estão de acordo com as Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores, com as associações empresariais e resultam de um consenso alargado feito com esta gente.

Nós dissemos claramente no nosso manifesto eleitoral e no nosso programa do Governo que íamos apoiar hotéis de 4 e 5 estrelas nas ilhas tais, tais e tais. E

dissemos que nas ilhas tais íamos aprovar hotéis de 3 estrelas também, porque eram necessários. Definimos isso claramente, não escondemos e está escrito.

O senhor vá à procura dos decretos regulamentares e vai verificar exactamente aquilo que está dito.

O senhor tem um problema. O senhor está contra o seu partido que no ano de 2000 apoiou este decreto legislativo regional. Esta foi a filosofia apoiada em 2000.

Vou repetir outra vez: os sistemas de incentivos devem ser previsíveis e estáveis. Não devemos alterar no final de um mandato a filosofia de um sistema de incentivos.

O senhor quer transformar um decreto legislativo regional num decreto regulamentar. Nós não concordamos com isso. A nossa teoria não é esta.

Os empresários sabem com o que é que contam, sabem quais são os incentivos que vão ter, não há qualquer problema, não há qualquer rotura no sistema de incentivos. Eles estão a par das modificações que estamos a fazer, que são pequenas. Nós somos apoiantes das pequenas alterações. Não queremos grandes reformas.

Vamos fazer no tempo exacto que vai ser 2006 e 2007, na altura que vamos ter mais conhecimento sobre os sistemas de incentivos nacionais e sobre o que vai acontecer a nível dos fundos estruturais.

Neste momento, temos um sistema de incentivos que está a funcionar, que tem uma determinada filosofia. Vamos alargar apenas o âmbito das CAES de apoio aos diversos operadores, aos diversos empresários que querem concorrer aos sistemas de incentivos.

Não vamos alterar a filosofia. Pequenas modificações de acordo com aquilo que nós definimos e defendemos perante o eleitorado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Meus senhores, parece que não há mais intervenções.

Vamos votar na generalidade esta proposta.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos passar à especialidade. Para a especialidade temos propostas de alteração da Comissão que são subscritas pelo Partido Socialista de acordo com um documento que entregou na mesa.

A votação será feita da seguinte forma: vou pôr à votação o artigo 1º e ao votar o artigo 1º considera-se que está tudo incluído.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 1º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar a parte restante do artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A parte restante do artigo 1º foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(\*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD absteve-se nesta proposta de diploma exactamente, e logo por natureza, porque a abstenção é um sentido de voto legal, regimental e possível, para que fique

claro, porque parece que há algumas mentes mais distraídas que não entendem assim.

Como ficou aqui clarificado durante todo este debate, a generalidade das propostas em causa, remetendo para regulamentação, não definem, como entendemos que deveria acontecer, os vectores estratégicos das prioridades de desenvolvimento da Região. Com isto não fica claro nesta Assembleia, no âmbito das suas competências legislativas, os critérios numa aposta clara em sectores de investimento, isto é, e porque os senhores se incomodaram muito com a expressão do cheque em branco, a mesma coisa que dar um cartão de crédito para a mão de alguém sem nenhuma restrição.

É isto que o Grupo Parlamentar do PSD não quis mais uma vez fazer, conforme fez em 2000 quando aprovou este diploma, porque na altura estava-se no início de um processo novo. Então o PSD entendeu dar um voto de confiança, conforme está claro pelos registos que estão nesta Assembleia.

Neste momento, e perante aquilo que se passou durante todos estes anos, o PSD entende que não deve dar mais esta oportunidade, porque aquilo que se passou até agora não merece a nossa aprovação. É este o nosso sentido de voto e é isto que é preciso que fique claro, porque o Governo criou expectativas no novo regime de incentivos, no novo sistema de incentivos.

Entendemos que esta seria uma oportunidade para confirmar essas expectativas. O que é certo é que as expectativas saíram goradas porque nada mais se fez do que acrescentar um pouco mais daquilo que já se tinha feito.

Na nossa opinião isso não é suficiente.

O PSD obviamente que não está contra os apoios dos incentivos aos nossos empresários, mas o que é certo é que não entendemos como é que o PS vota contra a Proposta de Resolução sobre a “Organização Mundial de Comércio”, porque entende que não deve ser a Assembleia a governamentalizar os Açores. O que é certo é que a vossa opção agora está a fazer com que o Governo legisle e usurpe as funções próprias desta Assembleia.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Isto claramente não merece a nossa aprovação e como dizia se merece a nossa aprovação, os incentivos e os apoios aos empresários de forma lógica, coerente, consistente e sobretudo transparente, não merece a nossa aprovação que se tire a esta Assembleia os poderes que ela tem e que são os poderes que os Açorianos nos deram.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Curiosa situação esta que leva o PSD a abster-se por falta de coragem relativamente a um diploma com o qual não concorda!

Curiosa situação esta que leva o PSD a ter tantas dúvidas que, como vimos, nos pareceres dos parceiros sociais não são por estes partilhadas!

Nós aprovamos este diploma, votámos favoravelmente este documento, porque se trata de facto de um pequeno mas importante ajustamento num instrumentos fundamental de enquadramento e porque sendo um documento enquadrador cabe a esta Assembleia aprová-lo.

Temos que reconhecer que o Governo tem competências próprias, o que não tivemos nos momentos históricos de ditaduras fomentadas ou exercidas a partir das Assembleias. Não reconheço que em nenhum momento histórico isso aconteceu na Região, mas aconteceu em outros momentos históricos, em outros locais.

Nós não vivemos nesses momentos históricos. Portanto, o Governo tem competências próprias.

Cabe-nos a nós definir as linhas gerais do documento orientador, cabe ao Governo particularizar e adequar essa particularização às realidades sócio-económicas das nossas ilhas.

Votámos este documento, porque, Sr. Deputado António Marinho, nesta bancada mandamos nós!

Votámos favoravelmente este documento, Srs. Deputados, porque nós trabalhamos para dignificar o trabalho desta Assembleia, assim pudéssemos contar também com o vosso esforço e colaboração!

Votámos favoravelmente este documento, porque reconhecemos o enorme êxito que tem sido a política que nesta área foi implementada pelos sucessivos governos regionais do Partido Socialista e pelo Sr. Secretário e porque entendemos que este é o caminho a seguir e não compreenderíamos, tal como o Sr. Secretário, e muito bem, não compreende, que na fase final de um Quadro Comunitário de Apoio tivéssemos a fazer aqui alterações profundas e desenquadradoras de tudo o que se tem passado até agora.

Votámos com a garantia que nos é dada pelo dia-a-dia, pelo desenvolvimento económico que a Região tem tido nos últimos anos, de que assim continuará ser o caminho e que o desenvolvimento continuará a ser o percurso que continuaremos a fazer, no seguimento daquilo que temos feito desde que somos governo nesta Região.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos prosseguir, mas antes disso temos a assistir ao plenário uma turma do 4º ano da Escola Básica e Jardim de Infância da Rua Cônsul Dabney, acompanhada pela sua professora, a quem saudamos muito vivamente.

*(Aplausos da câmara)*

Temos agora um **Pedido de Autorização à ALRAA para que o Sr. Deputado José Gaspar Lima preste depoimento na qualidade de testemunha.**

Já foi feito o relatório da Comissão que autoriza o Sr. Deputado a prestar depoimento escrito como testemunha.

Os Srs. Deputados que concordam com este relatório, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O relatório anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Finalmente, tenho ainda a **Proposta de Deliberação** que diz o seguinte:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Maio.”

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Meus senhores, estão terminados os nossos trabalhos neste mês de Maio.

Obrigado e boa viagem de regresso.

*(Eram 15 horas e 20 minutos)*

*(\*) Texto não revisto pelo orador*

***Deputados que entraram durante a Sessão:***

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires António Fagundes dos Reis**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**José Manuel Avelar Nunes**

***Deputado Independente (Ind.)***

**Paulo Domingos Alves de Gusmão**

***Deputados que faltaram à Sessão***

***Partido Socialista (PS)***

**Paulo Manuel Ávila Messias**

***Partido Popular (PP)***

## **Documentos Entrados**

**Relatório e Parecer da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia sobre o Projecto de Decreto-Lei que “estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, do regulamento (CE) N.º. 1829/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo a géneros alimentícios e alimentos geneticamente modificados para animais - MADRP.”**

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 9 de Maio de 2005, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, do regulamento (CE) N.º. 1829/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo a géneros alimentícios e alimentos geneticamente modificados para animais - MADRP.”

## **Capítulo I**

### **Enquadramento Jurídico**

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto n.º. n. 2 do artigo 229. da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 3.º. do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores Lei n.º. 61/98, de 27 de Agosto.

## Capítulo II

### Apreciação na Generalidade e Especialidade

1. Com presente projecto legislativo visa-se estabelecer e enquadrar na ordem jurídica nacional as normas comunitárias relativas a géneros alimentícios e alimentos geneticamente modificados para animais, no âmbito das medidas de protecção da segurança alimentar e defesa dos consumidores.
2. Nestes termos, o regime consagrado no projecto vertente resulta da necessidade de assegurar e garantir o cumprimento das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) nº. 1829/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo a géneros alimentícios e alimentos geneticamente modificados para animais.
3. Com efeito, neste regulamento estabelecem-se os procedimentos comunitários para a autorização e supervisão dos géneros alimentícios e alimentos geneticamente modificados para animais, fixam-se as disposições sobre a respectiva rotulagem, e determina-se que os Estados-membros tomem as medidas necessárias para garantir a sua aplicação.
4. Neste sentido, o presente diploma atribui competências de autorização de colocação no mercado e fiscalização à Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar e à Direcção-Geral de Veterinária e estabelece o quadro das infracções e respectivas sanções no caso de violação das normas do referido regulamento, sendo de salientar que a sua aplicação, no âmbito das Regiões Autónomas, é feita com salvaguarda das “adaptações decorrentes da estrutura própria da administração regional autónoma”, conforme o previsto no artigo 8º., que salvaguarda, igualmente, a receita do produto das coimas quando aplicadas no território regional, pelo que, em termos de análise jurídico formal/material nada há a

apontar.

Horta, 9 de Maio de 2005

**O Relator,** *Henrique Correia Ventura*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**Presidente,** *José de Sousa Rego*

---

**Relatório e Parecer da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia sobre o Projecto de Decreto-Lei que “regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico - MADRP”**

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 9 de Maio de 2005, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico - MADRP.”

## **Capítulo I**

### **Enquadramento Jurídico**

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229. da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 3.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores Lei n.º 61/98,

de 27 de Agosto.

## Capítulo II

### Apreciação na Generalidade e Especialidade

1. O presente projecto de diploma visa regular o cultivo de variedades geneticamente modificadas, em ordem a assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico, no respeito pela liberdade de opção do modo de produção agrícola a praticar e pelas exigências legais em matéria de rotulagem dos produtos agrícolas produzidos.

2. A necessidade de regular o cultivo de variedades geneticamente modificadas resulta do facto da União Europeia ter inscrito no Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas, 17 variedades de milho geneticamente modificadas, daí decorrendo a disponibilidade no mercado comunitário de sementes daquelas variedades, as quais poderão ser eleitas para cultivo, por quaisquer agricultores, no território nacional.

3. Neste sentido, procura-se pôr à disposição da agricultura nacional os instrumentos técnicos e regulamentos necessários à compatibilização das diferentes formas de produção agrícola, no respeito pelos princípios da subsidiariedade, da precaução e da proporcionalidade e pelas orientações expressas na Recomendação nº.

2003/556/CE, da Comissão, de 23 de Julho.

4. Consequentemente, estabelece-se um conjunto de medidas aplicáveis desde a aquisição e recepção na exploração agrícola das sementes de variedades geneticamente modificadas, incluindo todas as operações do processo de produção, armazenamento na exploração agrícola e terminando na entrega, pelo agricultor, dos produtos vegetais produzidos nas instalações de comercialização ou transformação.

5. Em termos de análise jurídico-formal não há nada a apontar ao projecto vertente, sendo de salientar que no artigo 15º., sob a epígrafe “Regiões Autónomas” estão salvaguardadas as competências regionais nesta matéria.

Horta, 9 de Maio de 2005

**O Relator,** *Henrique Correia Ventura*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**Presidente,** *José de Sousa Rego*

---

**A Redactora,** *Maria da Conceição Fraga Branco.*